

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010



CONAB
Companhia Nacional de Abastecimento
SUREG/RJ
Superintendência Regional da CONAB no Estado do Rio de Janeiro

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Rio de Janeiro, 2011

CONAB
Companhia Nacional de Abastecimento

SUREG/RJ
Superintendência Regional da CONAB no Estado do Rio de Janeiro

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 01/09/2010; da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, nº 108, de 24/11/2010 e nº 110, de 01/12/2010; da Portaria -TCU nº 277, de 07/12/2010 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Superintendência Regional da CONAB no Estado do Rio de Janeiro, 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

Presidente e

BOAVENTURA TEODORO DE LIMA

EDILSON GUIMARÃES

GUILHERME COSTA DELGADO

JOSE GERALDO FONTELLES

JOSE MENEZES NETO

MARIA DAS GRAÇAS FONTES

MILTON ELIAS ORTOLAN

WAGNER GONÇALVES ROSSI

Membros

CONSELHO FISCAL

FRANCISCO WAYNER MOREIRA

Presidente

JOÃO BOSCO BAHIA DOS SANTOS

MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE

WESLEY JOSE GADELHA BEIER

Membros

DIRETORIA COLEGIADA

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

Presidente

ROGERIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

AMAURY PIO CUNHA

Diretor Financeiro

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MARCELO JUNQUEIRA FERRAZ

Superintendente

SILVIA MARIA PINHEIRO GRUMBACH

Gerente de Finanças e Administração

JUÇANA DE MORAES VITAL

Gerente de Operações e de Suporte Estratégico

Elaboração:

Ludmila Brandão

Silvia Maria Pinheiro Grumbach

Juçana de Moraes Vital

Rejane Maria Coelho Bezerra

Elisa Picorelli Zukeran

Janine Magalhães Martins

Alberto de Souza

Ladimir Correa Costa

Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Alfandega nº 91 – 11º e 12º andares Fax/Telefone:(21) 2252-1785 / 3861-5750

Apresentação

O **Relatório de Gestão**, que integra a prestação de contas da **Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB no Estado do Rio de Janeiro (SUREG/RJ)** ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010; Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010; Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010 e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 14, 15 e 16 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da SUREG/RJ, segundo esses preceitos e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentária/financeira, em atendimento à Termos de Cooperação celebrados pela CONAB com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, o aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vista à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamento.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da CONAB. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela CONAB, no âmbito da Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro - SUREG/RJ, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Dentro do amplo espectro de ações próprias da CONAB, a SUREG/RJ não participou na formação de estoque público no exercício de 2010, em virtude deste tipo de apoio não ter sido demandado pelos agricultores neste Estado. Os estoques públicos são formados basicamente de produtos estocáveis como milho, soja e arroz, cuja produção no Estado do Rio de Janeiro não tem expressão nacional ou mesmo não ocorre, como é o caso da soja.

Não havendo demanda pelos produtores de formação de estoques, a SUREG/RJ teve sua atuação voltada aos programas sociais de apoio a grupos necessitados, em ações complementares a outros Ministérios, como assentados da Reforma Agrária, quilombolas e grupos populacionais em insegurança alimentar.

A SUREG/RJ também atua nos programas de subvenção ao agricultor, por meio de instrumentos de comercialização utilizados quando o preço praticado no mercado se estabelece abaixo do Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal.

A utilização destes instrumentos propicia a manutenção da renda ao produtor rural na origem, reduz as flutuações de preço no mercado interno, garante a oferta e o abastecimento aos demandantes e diminui, substancialmente, as despesas do Governo Federal com a realização de volumosas e onerosas aquisições dos produtos, com a armazenagem e com as posteriores remoções para as regiões que forem demandando pelo consumo, além de deixar de utilizar grandes espaços para a guarda destes estoques públicos.

Atuamos, ainda, junto aos produtores familiares, comprando parte de sua produção a preço de mercado, através do PAA – Programa Aquisição de Alimentos e distribuindo-a às entidades necessitadas, cuja atuação concentrou-se nas regiões Serrana, Noroeste e Norte do Estado. Estas ações de apoio à agricultura familiar não foram empreendidas em sua plenitude, face à limitação orçamentária, que dependia de descentralização superior de recursos da Matriz. Esta limitação orçamentária determinou que projetos já aprovados, mas não contemplados, ficassem em carteira para o próximo ano fiscal.

Em face do exposto, no próximo exercício manteremos as ações sociais até aqui implementadas, vislumbrando a ampliação do nosso apoio aos agricultores familiares, com maior número de associações e cooperativas atendidas e, por conseguinte, maior número de beneficiários (agricultores familiares de um lado e de outro maior número de entidades receptoras dos produtos doados).

Por outro lado, conforme havíamos previsto, não houve necessidade de apoio, neste exercício, aos produtores de cana-de-açúcar, em decorrência dos valores comercializados na safra passada se situarem em nível suficiente para cobrir os custos e remunerar os produtores do Estado, diferentemente do Nordeste brasileiro, onde o subsídio foi mantido.

Na linha do atendimento social, a Regional do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto na Lei Nº 12.058, de 13.10.2009, promoveu a distribuição de 2.023,5 toneladas de feijão, adquiridas através da PGPM–Política de Garantia de Preços Mínimos, contemplando 85 municípios do Estado, com foco, mais exclusivamente, para a merenda escolar nas escolas públicas, beneficiando, assim, 1.053.940 alunos. Esta ação possibilitou que o Governo Federal apoiasse os produtores da Região Sul do país, que se viam obrigados a vender sua produção abaixo do custo de produção e, por outro lado, destinando um alimento de qualidade às crianças e à parte da população carente dos municípios assistidos.

Marcelo Junqueira Ferraz
Superintendência Regional do Rio de Janeiro
Superintendente

Sumário

Apresentação.....	5
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	11
Lista de Tabelas e Ilustrações.....	14
Relação de Figuras.....	16
1 – Identificação.....	17
2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária	21
2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade	21
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização	22
2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	25
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	26
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas	27
2.1.5 – Gestão de Estoques: Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários	30
2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	34
a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos	34
b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar	35
c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos.....	35
d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte	36
e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros	36
2.3 – Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	38
(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar	39
(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária	40
(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	40
2.3.1 – Execução das Principais Ações dos Programas	41
1 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	41
2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	45
3 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	47
4 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	50
5 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	51
6 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	53
7 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	57
8 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	59
a) Fiscalização dos Estoques Públicos	60
b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização dos Produtos Agropecuários	61
c) Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural	62
9 – (2130) Formação de Estoques Públicos	67
10 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	70
11 – (2272) Gestão e Administração do Programa	72
12 – (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro	75
13 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	77
a) Levantamento de safra de grãos	78
b) Levantamento de safra de café	79

14 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	81
15 – Outros Programas, Ações e Atividades	85
15.1 – (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	85
15.2 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA	88
► Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	91
a) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação	93
b) Execução Orçamentária	93
► Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA	93
a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR – Estoque)	94
b) Execução Orçamentária	94
15.3 – Atendimentos emergenciais e ajuda humanitária internacional	95
A) Convênio com o MIN – Programa 1029	95
a) Aquisição de Gêneros Alimentícios	96
b) Distribuição de Cestas de Alimentos	97
c) Execução Orçamentária	97
B) Convênio com o MDS – Programa 1049	98
C) Ajuda Humanitária Internacional	101
D) Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	103
15.4 – Acompanhamento de Safras Brasileiras	106
a) Avaliação das Safras de Café	106
b) Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar	107
c) Levantamento de safra de pinhão manso	110
d) Levantamento de safra de cana-de-açúcar	112
15.6 – Feira do Peixe	114
15.7 – Armazenagem de Estoques Públicos e Privados	115
15.8 – Participação na Execução do Fome Zero	117
a) Produtos recebidos em doação	117
b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos	118
c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos	119
d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar	120
2.3.2 – Execução Física das Ações Realizadas na UJ	122
2.4 – Desempenho orçamentário/financeiro	122
2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa (constará do Relatório da Matriz)	122
2.4.1.1 – Programação de Despesas Correntes (constará do Relatório da Matriz)	122
2.4.1.2 – Programação de Despesas de Capital (constará do Relatório da Matriz)	122
2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas (constará do Relatório da Matriz)	122
2.4.1.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	123
2.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa	124
2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	124
2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação (constará do Relatório da Matriz)	124
2.4.2.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (constará do Relatório da Matriz)	124
2.4.2.1.3 – Despesas de Capital por Grupo de Elemento de Despesa (constará do Relatório da Matriz)	124
2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	124
2.4.2.2.1 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	124

2.4.2.2.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	125
2.4.2.2.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	126
2.4.3 – Indicadores Institucionais	127
3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	129
4 – Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	130
5 – Recursos Humanos da Unidade	131
6 – Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício.....	142
7 – Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG/SICONV.....	143
8 – Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10/11/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	145
9 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	146
10 – Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a IN nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010 da SLTI/MPOG.....	148
11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros	151
12 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI) da UJ	152
12.1 – Gestão de TI da UJ	152
12.2 – Tecnologia da Informação	153
12.2.1 – Planejamento da área	153
12.2.2 – Perfil dos Recursos Humanos envolvidos	154
12.2.3 – Segurança da Informação	154
12.2.3.1 – Segurança Lógica	154
12.2.3.2 – Segurança Física	156
12.2.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas	156
12.2.4.1 – Relação de sistemas entregues em 2010.....	156
12.2.4.2 – Relação de sistemas mantidos em 2010	159
12.2.5 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI	159
12.2.5.1 – Aquisição de Equipamentos	159
12.2.5.2 – Contratação de serviços de TI	160
12.2.6 – Portal da Companhia	161
13 – Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008	162
14 – Renúncias Tributárias.....	163
15 – Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou relatórios de auditoria do órgão de controle interno.....	164
a) Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	164
b) Situações das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	164
c) Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	164
d) Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	164
16 – Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento	165

17 – Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	174
18 – Parte B do Anexo II da Decisão Normativa 107 – Informações Contábeis da Gestão ...	175
18.1 – Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada	175
18.2 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64.....	176
18.3 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76.....	177
a) Demonstrativos Contábeis	177
b) Balanço Patrimonial.....	178
c) Composição do Capital Social	180
d) Demonstração dos Fluxos de Caixa	181
e) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	182
f) Demonstração do Valor Adicionado	183
g) Demonstração do Resultado	184
h) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	185
18.4 – Composição acionária do capital social.....	198
a) Composição acionária do capital social	198
b) Composição acionária da UJ como investidora	199
18.5 – Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.....	201
19 – Parte C – Conteúdo Específico – Informação sobre a remuneração paga aos administradores da UJ, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.....	202
a) Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	203
b) Síntese da Remuneração dos Administradores	204
b.1) Diretoria da Conab.....	204
b.2) Conselho Fiscal	204
b.3) Conselho de Administração.....	205
b.4) Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	205
20 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar	206
20.1 – Informações entidades fechadas previdência complementar patrocinadas	206
a - Nome.....	206
b - Razão Social.....	206
c - CNPJ.....	206
d - Demonstrativos anuais.....	206
d.1 – Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes.....	207
d.2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes	208
d.3 – Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab... ..	209
d.3.1 – Patronal/Paritária	209
d.3.2 – Complemento de Previdência (Serviço Passado)	209
d.4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab.....	210
d.5 – Discriminação razão ou motivo repasse recursos que não sejam contribuições	210
d.6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.....	210
d.7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar	212
d.8 – Avaliação política investimentos da entidade fechada de previdência complementar ..	212
e - Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente.....	218
f – Conclusões do último estudo atuarial.....	219
20.2 – Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício.....	226
Auditoria Especial de Gestão – Audin nº 01/2010.....	226
Auditoria Especial de Gestão – Audin nº 02/2010.....	230
Auditoria Especial de Gestão – Audin nº 03/2010.....	232

Lista de Abreviaturas e Siglas:

AGF – Aquisição do Governo Federal
AGRAPE - Fundação Agropecuária de Abastecimento e Pesca
ALFEI - Associação dos Lavradores da Fazenda Experimental de Italva/RJ
AMOPRUSAN - Associação de Moradores e Produtores Rurais de Santa Margarida
AMPROAC - Associação dos Moradores e Produtores de Carrapato
APOP - Associação dos Produtores de Orgânicos de Petrópolis/RJ
APROSACE - Associação de Pequenos Produtores e Moradores de Santa Cruz e Centenário
APRUNAT - Associação de Produtores Rurais de Natividade
ASNTR/NF - Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo/RJ
ASVTR/NF - Associação Serra Velha dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo/RJ
ATR - Açúcar Total Recuperável
AVD – Atividades da Vida Diária
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASAs – Centrais de Abastecimento
CFP – Companhia de Financiamento da Produção
CIBRIUS – Instituto CONAB de Seguridade Social
COAMO – Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias/CONAB
COAMO - Agroindustrial Cooperativa de Campo Mourão/PR
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
COOPERAFA - Cooperativa Regional da Agricultura Familiar
CPR - Cédula do Produtor Rural
CPR Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR Estoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CVP – Custo Variável da Produção
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DERAL – Departamento de Economia Rural
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIFIN – Diretoria de Finanças/CONAB
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações/CONAB
DIRAB - Diretoria de Operações e Abastecimento/CONAB
DIRAD – Diretoria Administrativa
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GEASA - Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras/CONAB
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho/CONAB
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns/CONAB
GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento/CONAB
GEFAD – Gerência de Finanças e Administração da CONAB/SUREG/RJ
GEFIS - Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais/CONAB
GEHOR - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro/CONAB
GEOSE - Gerência de Operações e Suporte Estratégico/CONAB/SUREG/RJ
GEPRI – Gerência de Parcerias Institucionais/CONAB
GESAS – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GEVEP - Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados/CONAB
GPS – Global Positioning System

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LATIS – Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MF - Ministério da Fazenda
MIN - Ministério da Integração Nacional
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MOC - Manual de Operações da CONAB
NOC – Normas da Organização da CONAB
OAN - Oregon Association of Nurseries
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários
PEB – Programa de Escoamento da Borracha
PEP - Prêmio de Escoamento do Produto
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA – Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF – Programa de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PMMm – Preço Médio do Produto Mês
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP - Prêmio de Risco de Opção Privada
PROGE – Procuradoria Geral da CONAB
PRORE – Procuradoria Regional da CONAB/SUREG/RJ
PSR – Prêmio de Seguro Rural
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SEADE – Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos da CONAB/SUREG/RJ
SEAPE - Secretaria de Aquicultura e Pesca
SECOF – Setor Contábil e Financeiro da CONAB/SUREG/RJ
SEGeo - Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta/CONAB/SUREG/RJ
SEOPi - Setor de Operações, de Programas Institucionais e Sociais, de Abastecimento da CONAB/SUREG/RJ
SEPPiR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SI00MEPAR – Sistema Meteorológico do Paraná
SINAC – Sistema Nacional de Comercialização
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA - Secretaria de Política Agrícola

STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUARM - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques/CONAB
SUBAP – Superintendência de Abastecimento Social/CONAB
SUCON – Superintendência de Contabilidade/CONAB
SUFIN – Superintendência de Finanças/CONAB
SUFIS - Superintendência de Fiscalização de Estoques/CONAB
SUGOF – Superintendência de Gestão de Oferta/CONAB
SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio/CONAB
SUMAJ – Subprocuradoria de Matéria Judicial/CONAB/PROGE
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação/CONAB
SUOPE – Superintendência de Operações Especiais/CONAB
SUPAB - Superintendência de Abastecimento Social/CONAB
SUPAF – Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar/CONAB
SUPOR - Superintendência de Programação Orçamentária/CONAB
SUREG/RJ - Superintendência da CONAB no Estado do Rio de Janeiro
SUREH – Superintendência de Recursos Humanos/CONAB
TPF – Tabela de Participação Financeira
UA – Unidade Armazenadora da CONAB
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNA00COOP - União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30/RJ
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
VEP – Valor do Escoamento do Produto
VUSMm – Valor Unitário da Subvenção Mês

Lista de Tabelas e Ilustrações:

- Quadro 2.01 – Programas e Ações
- Quadro 2.02 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- Quadro 2.03 – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
- Quadro 2.04 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- Quadro 2.05 – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
- Quadro 2.06 – Requalificação
- Quadro 2.07 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- Quadro 2.08 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares
- Quadro 2.09 – Discriminação da Fiscalização de Estoque realizada em 2010
- Quadro 2.10 – Fiscalização dos Instrumentos de Comercialização de 2007 a 2010
- Quadro 2.11 – Demonstrativo do Número de Apólices
- Quadro 2.12 - Demonstrativo da Execução Orçamentária
- Quadro 2.13 – Formação dos Estoques Públicos
- Quadro 2.14 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar
- Quadro 2.15 – Gestão e Administração do Programa
- Quadro 2.16 – Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro
- Quadro 2.17 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
- Quadro 2.18 – Obras realizadas em 2009 e pagas em 2010
- Quadro 2.19 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
- Quadro 2.20 – PEP Milho
- Quadro 2.21 – Operações do PAA realizadas pela Conab no Estado do Rio de Janeiro em 2010
- Quadro 2.22 – Demonstrativo das Metas Previstas
- Quadro 2.23 – Demonstrativo de Aquisição pela CPR/Doação/MDS
- Quadro 2.24 – Demonstrativo da Execução da Despesa - MDS
- Quadro 2.25 – Demonstrativo de Aquisições pela CPR/Estoque/MDA
- Quadro 2.26 – Demonstrativo da Execução da Despesa - MDA
- Quadro 2.27 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos
- Quadro 2.28 – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios
- Quadro 2.29 – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos
- Quadro 2.30 – Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos/MI
- Quadro 2.31 – Remoções de Estoques do MDS
- Quadro 2.32 - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos
- Quadro 2.33 – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios
- Quadro 2.34 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos
- Quadro 2.35 – Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos - MDS
- Quadro 2.36 – Demonstrativo de Ajuda Humanitária em 2010
- Quadro 2.37 – Demonstrativo de Ajuda Humanitária – Período 2004-2010
- Quadro 2.38 – Dotação Orçamentária e Despesas Efetuadas
- Quadro 2.39 – Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar
- Quadro 2.40 – Demonstrativo da Produção de Açúcar
- Quadro 2.41 – Demonstrativo da Produção de Alcool
- Quadro 2.42 – Levantamento de Situação do Pinhão Manso
- Quadro 2.43 – Demonstrativo da Execução da Despesa
- Quadro 2.44 – Produtos da Indústria Sucroalcooleira – Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar no Estado do Rio de Janeiro e Brasil

Quadro 2.45 – Receita de Armazenagem de Terceiros
Quadro 2.46 – Estoque Médio Armazenado
Quadro 2.47 – Demonstrativo das Doações Realizadas
Quadro 2.48 – Demonstrativo da Distribuição de Produtos
Quadro 2.49 – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos oriundos da Agricultura Familiar

Quadro 4.01 – Restos a Pagar Processados e Não Processados

Quadro 5.01 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010
Quadro 5.02 – Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro 5.03 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro 5.04 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro 5.05 – Composição do Quadro de Estagiários - Situação apurada em 31/12/2010
Quadro 5.06 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010
Quadro 5.07 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância
Quadro 5.08 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra
Quadro 5.09 – Faixa Etária x Tempo de Trabalho
Quadro 5.10 – Demandas Trabalhistas por Sureg e Risco

Quadro 9.01 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro 12.01 – Gestão de TI da UJ
Quadro 12.02 – Técnicos da Sutin por Tipo de Vínculo
Quadro 12.03 – Técnicos da Sutin por Área

Quadro 19.01 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro 20.01 – Folha de Pagamento dos Empregados Participantes
Quadro 20.02 – Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes
Quadro 20.03 – Contribuições Pagas pela Patrocinadora Conab
Quadro 20.04 – Alocação de Recursos e Limites por Segmento e Modalidade de Investimento
Quadro 20.05 – Meta de Rentabilidade
Quadro 20.06 – Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos de Janeiro a Dezembro 2010
Quadro 20.07 – Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com Aporte das Reservas a Amortizar Contratadas
Quadro 20.08 – Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003

Relação de Figuras:

Figura 2.01 – Área de Atuação do PAA

Figura 5.01 – Evolução do Número de Empregados

Figura 5.02 – Evolução do Número de Treinando e do Custo Per Capta

Figura 5.03 – Serviços de Saúde

Figura 5.04 – Evolução das Demandas Trabalhistas

1. – Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada

Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27 de outubro de 2010

Poder e Órgão de Vinculação:

Poder: Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Identificação da Unidade Jurisdicionada:

Denominação completa: Superintendência Regional da CONAB no Estado do Rio de Janeiro

Denominação abreviada: SUREG-II/RJ

Código SIOrg: 087092

Código na LOA: não se aplica

Código SIAFI: 135305

Situação operacional: ativa

Natureza Jurídica: Empresa Pública

Principal Atividade Econômica: Administração Pública em Geral

Código CNAE Principal: 84.11-6-00

Código CNAE Secundário: 84.13-2-00 – Regulação das Atividades Econômicas

Telefones/Fax de contato: (021) 3861-5750 e (021) 2252-1785 (Fax)

Endereço Postal: Rua da Alfandega nº 91 – 11º e 12º andares – Centro, CEP 20070-003, Rio de Janeiro – RJ

Endereço Eletrônico: rj.sureg@conab.gov.br

Página na Internet: <http://www.conab.gov.br>

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com estatuto social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.

Versão	Decreto	Data	Publicação DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s n.º	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

As atividades tiveram início em 1.º de janeiro de 1991, com os seguintes objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal;
- Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;

- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo e dá outras providências;
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

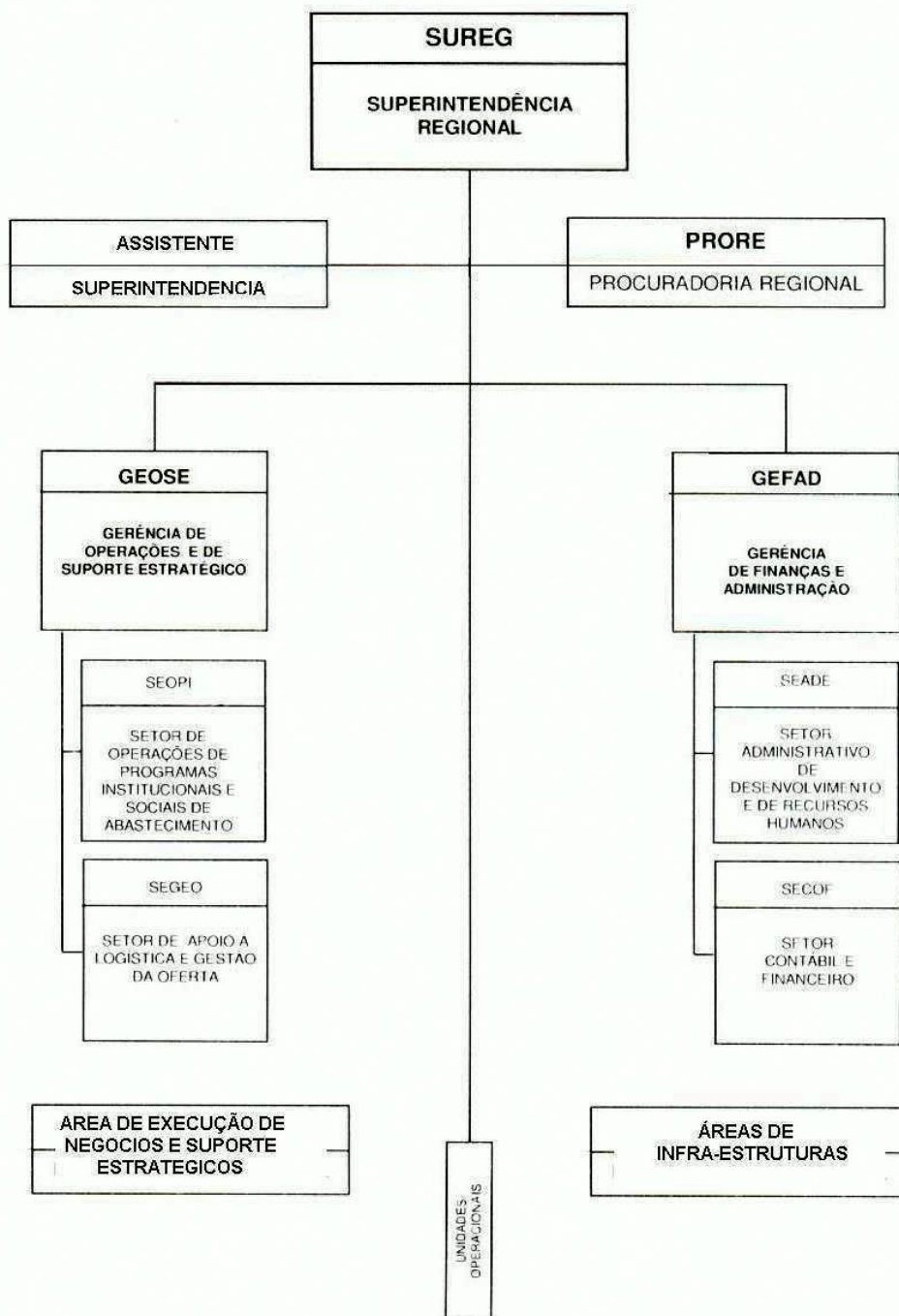
A Superintendência Regional da Conab no Estado do Rio de Janeiro – Sureg/RJ é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.^a Reunião Ordinária, realizada em 08/05/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 15, inciso VIII, do Estatuto Social e considerando os arts. 11, §1º e 18 do Estatuto Social e os art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.

Está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tendo as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia;
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no estatuto social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração:

- Assistente Superintendência
- Procuradoria Regional – PRORE
- Gerência de Operações e de Suporte Estratégico - GEOSE
 - a) Setor de Operações, de Programas Institucionais e Sociais, de Abastecimento - SEOPI
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO
- Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
 - a) Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE
 - b) Setor Contábil e Financeiro – SECOF
- Unidade Armazenadora Lyra Tavares



Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: NOC – Normas da Organização

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada:

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

Código SIAFI:135305

Nome: CONAB SEDE SUREG RIO DE JANEIRO

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

Código SIAFI:135306

Nome: UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO/RJ

Código SIAFI: 135307

Nome: NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RJ – PGPM

Código SIAFI: 135308

Nome: UA LYRA TAVARES

Código SIAFI: 135561

Nome: UNIDADE CONAB PAA/RJ

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões:

Código SIAFI da Unidade Gestora:135305

Código SIAFI da Gestão:22211

2. – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

A CONAB, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A missão institucional da CONAB é **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”**

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a CONAB realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A CONAB desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição, exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A CONAB responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades, saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a CONAB leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.780 toneladas de café e milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas na Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à CONAB sua operacionalização, ou seja, a

elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela CONAB, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A CONAB exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela CONAB e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de doativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque**, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no PRONAF, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação**, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.
- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF** tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela CONAB, dispensa intermediários, com o

pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em polos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2009 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$ 402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da CONAB na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a CONAB recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da FUNAI, INCRA, FUNASA, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da CONAB são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias,

incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à CONAB as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a CONAB participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da CONAB e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da CONAB, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2001, para o Estado do Amazonas. Em 2010, foram cadastradas 185 unidades novos varejistas e disponibilizada para venda, em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a CONAB tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente, passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos

usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela CONAB, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela CONAB desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da CONAB acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos qualiquantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer, que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a CONAB realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a CONAB decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando

melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras em 2010 destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade, baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e, também, entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da CONAB, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela CONAB objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A CONAB conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no país está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a CONAB procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente o comportamento dos preços internos e externos dos

produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a CONAB tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela CONAB o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do país.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (CEASAs), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5 – Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A CONAB atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-

se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da CONAB é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a CONAB responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da CONAB na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfiados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela CONAB para trabalhar com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a CONAB também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À CONAB também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a CONAB realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela CONAB, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem) de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela CONAB na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a CONAB tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da CONAB que é: **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”** e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da CONAB, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da CONAB, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da CONAB, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas

Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a CONAB tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a CONAB promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à CONAB para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recurso do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da CONAB, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da CONAB é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento às situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a CONAB mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos,

cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e à capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a CONAB criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas e acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-SINAC, que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das CEASAs para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a CONAB deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da CONAB o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados

estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando, ainda, a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a CONAB criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas CEASAs, informações sobre o PROHORT, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as CEASAs, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela SUREG/RJ estão inseridas em 35 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011, com destaque para o Programa de Abastecimento Agroalimentar.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, recebidas da Matriz, em Brasília, e repassadas às regionais para execução.

Quadro 2. 01 – Programas e Ações

Programa	Ação
Desenvolvimento da Economia Cafeeira	Gestão e Administração do Programa
Agricultura Familiar-PRONAF	Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem, da Ver. de Prod. da Agric. Familiar-PAA
	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA
	Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor da A.F.
Abastecimento Agroalimentar	Contribuição à Previdência Privada
	Gestão e Administração do Programa
	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
	Fisc. dos Est. e das Oper. de Gar. e Sust. de Preços na Comerc. de Prod. Agropecuários
	Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento
	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
	Assistência Médica e Odontológica aos Serv., Emp. e seus Dependentes - Ex. Periódicos
	Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados
	Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados
	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
	Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita de Grãos
	Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG
	Formação de Estoques Públicos-PGPM
	Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro
	Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar
	Organização dos Micro e Pequenos Varejistas
	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
Gestão da Política Agropecuária	Gestão e Administração do Programa
	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Proc. de Qualificação e Requalificação
	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
Desenvolvimento do Comércio Ext. e da Cult. Exportação	Gestão e Administração do Programa
Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais	Cumprimento de Sent. Jud. Trans. em Julg. Devida por Emp. Públicas e Soc. de Econ. Mista
	Cumprimento de Déb. Jud. Per. Vicendos Devidos por Emp. Púb. e Soc. de Economia Mista
Respostas aos Desastres e Reconstrução	Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres
Acesso à Alimentação	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar
	Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar
Desenvolvimento da Agroenergia	Gestão e Administração do Programa
Qualidade na Escola	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
Economia Solidária em Desenvolvimento	Promoção da Inclusão Produtiva

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da CONAB
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias - COAMO
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.1 – Execução das Principais Ações dos Programas

A CONAB/SUREG/RJ participa de 15 ações, dentro do contexto de 7 dos 11 programas desenvolvidos pela Companhia.

Optamos pela colocação de todos os indicadores após o desenvolvimento da respectiva ação orçamentária.

1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho - Gebem
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Finanças e Administração – Gefad e Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - Seade
- **Responsável Regional da Ação:** Dr. Geraldo Andriolo Costa (Médico do Trabalho) e Sônia de Fátima Ribeiro Monte
- **Normas relacionadas à gestão da ação:** NOC – Código 60.105 – Serviços de Assistência à Saúde

O Serviço de Assistência à Saúde da Conab é na modalidade de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, uma vez que a participação do empregado é calculada de acordo com sua respectiva faixa/nível salarial e a respectiva utilização dos serviços disponibilizados, conforme Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava do Acordo Coletivo de Trabalho Biênio 2009/2011.

Das 25 Superintendências Regionais da Conab, 12 apresentam o mesmo padrão de execução crescente, provavelmente pelo mesmo problema enfrentado neste Estado, a cartelização dos prestadores de serviço, com imposição de tabelas e reajustes.

Neste enfrentamento, temos contado com a valiosa colaboração da União Nacional das Instituições de Auto Gestão em Saúde - UNIDAS, nacional e regional, que promove reuniões com as operadoras, resultando na adoção de pacotes junto aos credenciados e, desta forma, minimizando o impacto no orçamento da Conab, possibilitando nos mantermos dentro da meta, até mesmo um pouco abaixo, mesmo considerando o aumento expressivo do quadro de pessoal, a partir de 2004.

Outro aspecto a considerar é o fato de que 84% dos empregados desta Superintendência Regional tem mais de 50 anos de idade, faixa etária que demanda maiores gastos nesta ação.

Quadro 2.02 – Assistência Médica e Odontológica

aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	895.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	895.000,00	3,97
Execução Orçamentária	22.528.324,99	894.422,99	3,97
Índice	99,89	99,94	-
Meta Física	14.849	650	4,38
Execução Física	15.104	653	4,32
Índice	101,72	100,46	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	650	650	0,00	932.000,00	895.000,00	-3,97
Execução	662	653	-1,36	931.108,77	894.422,99	-3,94
Percentual de Execução	101,85	100,46	-	99,90	99,94	-
Gasto per capita (R\$)				1.406,51	1.369,71	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	80.590,55	503.591,08	25.372,31	-	609.553,94
2008	-	112.700,18	488.187,68	25.705,71	-	626.593,57
2009	-	128.175,77	760.100,79	42.832,21	-	931.108,77
2010	-	133.918,58	718.141,46	42.362,95	-	894.422,99

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				51,47
2008				65,34
2009				101,85
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,46
Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador. Em 2010, a execução física superou a meta esperada em 0,46% devido principalmente ao crescimento do número de empregados e ao aumento da faixa etária.				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,93
2008				99,46
2009				99,90
2010	Meta:	100	Realizado	99,94
Análise: O indicador apresentou comportamento esperado				

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			1.241,45
2008			1.158,21
2009			1.406,51
2010	Meta:	1.406,51	Realizado
Análise: O valor <i>per capita</i> apurado foi inferior em 2,62%			

Buscando redução nos custos, a CONAB continua investindo nos exames periódicos anuais, na aplicação de vacinas e no maior controle de emissões de guias de exames e, para a maioria dos tratamentos solicitados, são realizadas perícias médicas e odontológicas.

2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Finanças e Administração – Gefad e Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - Seade
- **Responsável Regional da Ação:** Dr. Geraldo Andriolo Costa (Médico do Trabalho)

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de contratos de credenciamento, a Conab promove anualmente os Exames Médicos Periódicos obrigatórios, totalmente custeados pela Companhia, conforme disposto na Norma Regulamentadora NR-1, item 1.8, da Portaria do Ministério do Trabalho 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – Dos Deveres e Proibições, Art. 168, item XI e que incluem exames laboratoriais, consultas odontológicas, oftalmológicas, ginecológicas, urológicas e os previstos no parágrafo 10º da Cláusula 39ª – Segurança e Medicina do Trabalho do Acordo Coletivo de Trabalho Biênio 2009/2011.

Quadro 2.03 – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001

PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	0,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	466.920,20	0,00	0,00
Índice	99,92	-	-
Meta Física	2.596	210	8,09
Execução Física	2.320	201	8,66
Índice	89,37	95,71	-

Fonte: Geare e Gebem

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	95,71
Análise: O indicador apresentou comportamento esperado				

Em decorrência da baixa dotação orçamentária aprovada na LOA/2010 para esta Ação e apesar das solicitações de suplementação orçamentárias feitas pela Conab e não aprovadas, em algumas Regionais os exames periódicos, pelo seu caráter obrigatório, foram custeados com recursos da Ação de Assistência Médica e Odontológica. Por este motivo não foi prevista dotação orçamentária para a Sureg-RJ.

3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97 ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Finanças e Administração – Gefad e Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - Seade
- **Responsável regional da ação:** Fátima Alves Portugal
- **Normas relacionadas à gestão da ação:** NOC – Código 60.104 – Sistema de Administração – Norma de Benefícios

A execução das ações afetas à gestão de pessoas superou as respectivas metas basicamente em razão do retorno de empregados anistiados ao quadro de pessoal da Superintendência Regional, um aumento de 5,24% no número de empregados de dezembro/2009 para dezembro/2010.

Quadro 2.04 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	1.275.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	1.275.000,00	5,51
Execução Orçamentária	23.123.978,63	1.274.256,26	5,51
Índice	99,87	99,94	-
Meta Física	4.003	210	5,25
Execução Física	4.329	221	5,11
Índice	108,14	105,24	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	190	210	10,53	968.000,00	1.275.000,00	31,71
Execução	203	221	8,87	967.919,98	1.274.256,26	31,65
Percentual de Execução	106,84	105,24	-	99,99	99,94	-
Gasto per capita (R\$)				4.768,08	5.765,87	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				83,02
2008				118,84
2009				106,84
2010	Meta:	100,00	Realizado	105,24
Análise: A execução física superou a meta em 5,24% em decorrência do aumento do número de empregados				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,99
2008				99,04
2009				99,99
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,94
Análise: O indicador apresentou o comportamento esperado				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.529,88
2008				4.831,24
2009				4.768,08
2010	Meta:	4.768,08	Realizado	5.765,87
Análise:				

Na Sureg/RJ, a execução orçamentária foi de R\$ 1.274.256,26, representando 99,95% da dotação. O atendimento médio mensal foi de 221 empregados, superando a meta física em 5,25%, em função do aumento do número de empregados, conforme apurado nos indicadores de execução física e financeira (eficácia).

4 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

➤ **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD

➤ **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução nacional:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

➤ Coordenador nacional da ação: Giovana Iannicelli Crema Rodrigues.

➤ **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Finanças e Administração – GEFAD e Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE .

➤ Responsável regional da ação: Fátima Alves Portugal e João Soares Filho.

➤ Competências institucionais requeridas para a execução da ação: De acordo com o Regimento Interno da Companhia, Capítulo XI, para as regionais do tipo II, compete ao SEADE, setor subordinado à GEFAD:

Art. 115, item:

VII – executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia. Normas relacionadas à gestão da ação: NOC – Código 60.104 – Sistema de Administração – Norma de Benefícios.

Ação cuja execução orçamentária é realizada na Matriz (UG 135100), por meio da folha de pagamento, no caso dos empregados que recebem o auxílio em pecúnia e nesta Regional, no caso dos cartões – Vale Transporte. A execução orçamentária na Matriz foi de R\$ 521.583,06 e na SUREG/RJ de R\$ 140.621,70.

Buscando soluções mais econômicas, a SUREG/RJ, com base na Lei nº 5628, de 29/12/2009, que instituiu o Bilhete Único, nos serviços de Transporte Coletivo Intermunicipal de passageiros na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, efetuou o recadastramento do corpo funcional no Programa de Auxílio-Transporte, representando redução de custos na modalidade “cartão” de 28% e na modalidade “pecúnia” de 42%.

A execução das ações afetas à gestão de pessoas superou as respectivas metas basicamente em razão do retorno de empregados anistiados ao quadro de pessoal da Superintendência Regional, um aumento de 5,24% no número de empregados de dezembro/2009 para dezembro/2010.

5 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns - Gecad
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:**
- **Responsável regional da ação:**
- **Normas relacionadas à gestão da ação:**

Quadro 2.05 – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001

PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	25.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	25.000,00	5,00
Execução Orçamentária	453.058,55	22.697,39	5,01
Índice	90,61	90,79	-
Meta Física	4.500	-	0,00
Execução Física	6.115	-	0,00
Índice	135,89	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	-	-	-	-	0,00
2008	-	-	-	-	0,00
2009	-	-	-	-	0,00
2010	20.011,50	1.827,08	858,81	-	22.697,39

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	90,79
Análise: O resultado apurado está dentro do padrão esperado.				

A área responsável pela manutenção do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras não programou a realização de censo de armazenagem no Estado do Rio de Janeiro. As despesas executadas em 2010 referem-se à participação de empregados desta Regional nos censos realizados nos estados de Minas Gerais e da Bahia, ficando os custos contabilizados na Superintendência de origem do empregado.

6 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vista à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Finanças e Administração – Gefad e Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - Seade
- **Responsável regional da ação:** Haydee Moreira Zamboti
- **Normas relacionadas à gestão da ação:** NOC – Código 60.103 – Sistema de Administração, Desenvolvimento e Educação de Recursos Humanos - TD&E

Considerando a dotação orçamentária de R\$ 50.000,00 para capacitação, destinada à Sureg/RJ, e a execução de 91,47% desta dotação, entendemos haver necessidade de ampliação deste recurso, já que pouco mais da metade dos empregados da Regional (63,16%) foram treinados, decorrência do custo dos treinamentos no Rio de Janeiro e do expressivo número de empregados anistiados cedidos a outros órgãos, inclusive, residentes e lotados em outros diferentes municípios.

Estes empregados, embora constem do físico da Regional, prestam serviços em outros órgãos, não tendo esta Superintendência qualquer ingerência na demanda de capacitação dos mesmos.

No tocante aos treinamentos específicos ocorridos em 2010, há que se comentar, que houve um maior número de treinamentos institucionais para a área operacional em comparação com a área administrativa, tendo sido atendidas as demandas individuais dos empregados, considerada a limitação orçamentária.

Quadro 2.06 - Requalificação

Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	50.000,00	2,94
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.700.000,00	50.000,00	
Execução Orçamentária	1.558.173,84	45.736,56	2,94
Índice	91,66	91,47	
Meta Física	5.917	95	1,61
Execução Física	3.666	60	1,64
Índice	61,96	63,16	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	66	95	43,94	22.000,00	50.000,00	127,27
Execução	118	60	-49,15	20.176,54	45.736,56	126,68
Percentual de Execução	178,79	63,16	-	91,71	91,47	-
Gasto per capita (R\$)				170,99	762,28	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	17	275	16,18
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	3	48	16
Financeira	8	232	29
Gerencial	-	-	-
Informática	8	1.140	142,5
Jurídica	-	-	-
Operacional	9	316	35,11
Planejamento	15	268	17,87
Qualidade	-	-	-
Total	60	2.279	37,98

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	8.877,50	-	5.992,60	-	12.786,60	-	49,00	27.705,70
2008	1.800,00	-	1.253,24	-	26.011,60	-	-	29.064,84
2009	4.567,50	-	367,04	-	15.242,00	-	-	20.176,54
2010	10.730,50	-	2.009,06	-	32.074,20	-	922,80	45.736,56

Fonte: Siafi

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				51,92
2008				80,77
2009				178,79
2010	Meta:	100,00	Realizado	63,16
Análise: A meta física foi estabelecida com base no Levantamento das Necessidades de Treinamento e não foi atendida em sua plenitude em decorrência da dotação orçamentária disponível para esta Regional ter sido inferior ao valor necessário.				

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				95,54
2008				96,88
2009				91,71
2010	Meta:	100,00	Realizado	91,47
Análise: O indicador apresentou o valor esperado.				

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				513,07
2008				278,16
2009				170,99
2010	Meta:	170,99	Realizado	762,28
Análise: O custo por treinando apresentou crescimento de 348,22% em decorrência do aumento das despesas com diárias e passagens devido a participação de empregados em cursos realizados na Matriz, em Brasília.				

7 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – Proge
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj
- **Responsável Regional da Ação:** Dr. Luiz Roberto Pires Domingues – Procurador Regional

A execução orçamentária das ações judiciais no Estado do Rio de Janeiro representou 99,96% da dotação orçamentária destinada a esse fim.

Quadro 2.07 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado

Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001
PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	1.065.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	1.065.000,00	3,38
Execução Orçamentária	31.412.433,87	1.064.543,35	3,39
Índice	99,82	99,96	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Suplementações/Cancelamentos

Decreto de 07/07/2010 – R\$ 5.195.246,00

Decreto de 02/08/2010 – R\$ 10.438.970,00

Decreto de 12/11/2010 – R\$ 931.387,00

Decreto de 06/12/2010 – R\$ 2.372.877,00

Decreto de 16/12/2010 – R\$ 529.284,00

A Conab, neste Estado, continua a ser Ré em 504 demandas, que representará, neste próximo ano de 2011, provavelmente um dispêndio bem maior do que se tem tido até agora.

Note-se que do valor total executado, 87,8% referiu-se a uma única ação, o que representaria para as demais ações o montante de R\$ 128.726,13.

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	12.317,56	412.978,39	-	-	425.295,95
2008	16.314,51	569.214,73	-	-	585.529,24
2009	81.793,83	89.872,62	-	-	171.666,45
2010	109.980,71	18.745,42	-	931.386,75	1.060.112,88

Conforme previsão feita no ano anterior, os índices aumentaram exatamente em razão do encerramento de algumas ações pendentes e em andamento na Justiça Federal, fato que doravante tende a se repetir em decorrência do aumento do número de ações judiciais.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				94,51
2008				90,08
2009				99,23
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,96
Análise: O indicador apresentou o resultado esperado.				

8 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais - Gefis
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - Segeo
- **Responsáveis regionais da ação:** Olavo Franco de Godoy e Sandra Conceição da Silva Portilho
- **Normas relacionadas à gestão da ação:** MOC – Título 12

Quando da elaboração do PPA-2008/11, além da manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos e de Produtos Agroalimentares, constantes no PPA anterior, a Conab solicitou a criação de outra ação objetivando a fiscalização dos instrumentos de apoio à comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão, etc...). Além da não criação, a ação anterior foi modificada, tendo sua atuação estendida aos instrumentos e alterado produto de estoque fiscalização para fiscalização realizada.

Quadro 2.08 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares
(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares
Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001
PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	15.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	15.000,00	0,48
Execução Orçamentária	2.603.751,25	9.641,18	0,37
Índice	83,99	64,27	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	2	0,05
Execução Física	8.880	3	0,03
Índice	211,43	150,00	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta prevista para a Regional do Rio de Janeiro, previa a realização de 2 fiscalizações. Durante todo o exercício, para as diferentes atividades, foram realizadas 3 fiscalizações.

Assim, para melhor discriminarmos as fiscalizações realizadas, as abordaremos separadamente de acordo com as atividades, conforme abaixo discriminado nos itens a e b.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

A meta física aprovada para 2010, conforme Quadro, previa, em todo o território nacional, a realização de 4.200 fiscalizações, com uma dotação orçamentária de R\$ 3.100.000,00.

No âmbito da SUREG/RJ, conforme calendário elaborado pela Dirab/Gefis, haviam 02 (duas) fiscalizações previstas para os estoques públicos armazenados no Estado do Rio de Janeiro, a primeira, não foi realizada devido a inexistência de estoques públicos e a segunda foi realizada no fim do mês de dezembro, sendo fiscalizadas nestas oportunidades 138 t de grãos, das quais 122 toneladas estavam vinculadas às AGFs e 16 toneladas à Agricultura Familiar, conforme Quadro abaixo.

Comparativamente ao total executado em todo o território nacional, a pequena participação da Sureg/RJ deve-se ao fato do Rio de Janeiro não ser um Estado com elevada produção de produtos agropecuários passíveis de formação de estoques públicos, os quais, na maioria das vezes, são transferidos da zona de produção para as áreas demandantes consumidoras e de deter um reduzido volume de estoques públicos armazenados na unidade armazenadora sob sua jurisdição.

Mesmo com pequenos volumes de produtos vinculados aos estoques públicos, a Sureg/RJ executa e participa de alguns Programas de Governo, tanto adquirindo produtos de agricultores familiares como, também, recebendo produtos adquiridos pela Matriz da Conab, com vista a atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e com vista a ajuda humanitária internacional, respectivamente.

Assim sendo, por se localizar no mesmo município da sede da Sureg, tanto a unidade armazenadora da Conab como o armazém alfandegado para ajuda humanitária internacional, muitas das fiscalizações realizadas nestes estoques, por não demandarem por despesas que justifiquem dotação orçamentária, findaram por não serem registradas.

Quadro 2.09 – Discriminação da Fiscalização de Estoque Realizada em 2010

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	41	41	122	122
Contrato de Opção	-	-	-	-
Agricultura Familiar	-	-	16	16
Fome Zero	-	-	-	-
Estoque Próprio	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	-	-	-	-
Total	41	41	138	138

Fonte: Gefis

Além das operações realizadas no Estado, a Sureg/RJ cedeu um empregado para participação na fiscalização dos estoques sob a responsabilidade da Sureg-RS, totalizando um custo de R\$ 9.641,18, incluindo diárias, material de consumo e despesas com locomoção.

b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização dos Produtos Agropecuários

Nos leilões de PEP, comandados pela Matriz, a Sureg/RJ participou como recebedora de 08 leilões, com vista ao escoamento de milho para este Estado. No caso da modalidade PEPRO, foram realizados 2 leilões em 2009 para escoamento de algodão em pluma, mas o prêmio foi pago em 2010. A modalidade VEP não foi realizada no Estado.

Destas operações concluídas durante o exercício de 2010, foram pagos o valor de R\$ 1.048.909,70 para PEP e R\$ 34.928,20 para PEPRO. Restaram para o ano de 2011 o pagamento de R\$ 337.635,00, referente ao aviso de compra de milho n.º 194/10, originado de Goiás.

Foi realizada 1 fiscalização para o PEPRO de algodão por 2 técnicos da Sureg/RJ/Geose, durante 02 dias, referente a 02 leilões, com conferência de toda a documentação comprobatória do escoamento do produto, com vista a liberação do subsídio.

Tais fiscalizações foram realizadas por fiscais da SUREG/RJ, tendo sido dispendidos R\$ 376,00 à título de despesas com viagem que se fizeram necessárias.

Quadro 2.10 – Fiscalização dos Instrumentos de Comercialização de 2007 a 2010

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	-	-
AGF	-	-	-	-
PEPRO	-	2	2	1
PEP	-	-	-	-
VEP	-	-	-	-
PROP	-	-	-	-
Propostas de Seguro Rural	2	1	3	1
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	-
Total	2	3	5	2

Fonte: Gevep

Por todo o exposto, se considerarmos as fiscalizações realizadas nos diferentes programas e operações, observa-se que a meta física estabelecida para a Sureg/RJ, 2 fiscalizações em todo o exercício de 2010, foi superada, assim como a meta financeira que teve seus gastos efetivos abaixo da dotação orçamentária alocada para os programas alvos.

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	525,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	605,00
2010	8.623,50	18,90	998,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.641,18

Fonte: Siafi

c) **Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural**

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na Ação **2272 – Gestão e Administração do Programa**

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março. E para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

Quadro 2.11 – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			Total
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
Total	1.471	35	466	1.972

Fonte: Sufis/Gesup

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.12 – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
Total	112.163,50	13.944,18	19.527,64	1.039,80	146.675,12

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				300,00
2009				350,00
2010	Meta:	100,00	Realizado:	150,00
Análise: Apesar da redução de 133,33% em relação ao exercício anterior, a execução superou a meta prevista para o exercício em 50,0% .				

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sus				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				12,00
2008				-
2009				60,50
2010	Meta:	100,00	Realizado:	64,27
Análise: A execução orçamentária a menor decorreu da menor participação de fiscais desta Regional na fiscalização em outros estados, possibilidade considerada pela Matriz, devido à perspectiva de aumento dos estoques públicos por meio de aquisições diretas, o que não aconteceu na medida esperada.				

Tradicionalmente não são registradas ocorrências de perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e desclassificados) e quantitativas (perdas em armazenagem e desvio de produtos), portando os indicadores a baixo apresentaram valores esperados.

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				0,00
2009				86,43
2010	Meta:	86,43	Realizado:	3.213,73
Análise: O custo por fiscalização realizada apresentou crescimento de 3.618,30% em decorrência das despesas com diárias e passagens para 1 fiscal desta Regional participar da fiscalização dos estoques públicos no Estado do Rio Grande do Sul.				

9 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive, permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais, financeiras e tributárias, decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações – Suope, Superintendência de Contabilidade – Sucon e Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - Segeo
- **Normas relacionadas à gestão da ação:** MOC – títulos 03 e 06

No ano de 2010 não houveram aquisições de produtos agrícolas no Estado do Rio de Janeiro com vista à formação dos estoques públicos.

Diferentemente do executado na maioria do território nacional, o Estado do Rio de Janeiro, regularmente, tem pequena participação na formação dos estoques públicos.

Os produtos agropecuários oriundos deste Estado, na sua maioria, de agricultores familiares, não são passíveis de formação de estoques públicos em face de suas características, as quais não favorecem a formação, guarda e conservação desses estoques.

Os estoques públicos existentes e armazenados na unidade armazenadora sob jurisdição da Sureg/RJ, na maioria das vezes, existem em decorrência das transferências realizadas pela Companhia a fim atender aos programas de incentivo ao escoamento às demandas dos consumidores neste Estado ou aos programas institucionais e sociais em curso.

As 122,4 toneladas de feijão em grãos vinculadas ao estoque público sob responsabilidade da Conab em 2010 e objeto da meta física das fiscalizações previstas para aquele exercício, foram recebidas em remoção.

As despesas contabilizadas nesta ação no valor de R\$ 416.419,42, referem-se, principalmente, ao pagamento de serviços de remoção de produtos e pagamento por serviços de braçagem.

Quadro 2.13 – Formação dos Estoques Públicos

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	500.000,00	0,02
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	416.419,42	0,03
Índice	54,65	83,28	-
Meta Física	3.517.000	0	0,00
Execução Física	1.036.732	0	0,00
Índice	29,48	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Feijão	AGF	-	-	122,4	-	-
Milho	AGF	40,5	-	-	-100,00	-
	Contrato de Opção	-	-	-	-	-
Sacaria(1)		0,0	0,0	-	-	-
Total	Produto	40,5	0,0	122,4	-100,00	-
	Sacaria	0,0	0,0	-	-	-

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-RJ	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	19.997,23	1,09
Embalagens	4.059.563,13	0,00	0,00
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	0,00	0,00
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	0,00	0,00
ICMS	19.710.143,75	41.968,23	0,21
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	0,00	0,00
Encargos financeiros	8.685,68	0,00	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	1.665,94	0,02
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	3.979,45	0,32
Análises laboratoriais	828.520,98	0,00	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	348.808,57	0,32
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	416.419,42	0,03

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				0,00
2008				4,17
2009				92,62
2010	Meta:	100,00	Resultado:	83,28
Análise:				

10 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da CONAB ou pela contratação de especialistas e, ainda, mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai
- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio - Suinf

Permanece a rotina de cadastramento de novas séries estatísticas, tanto de preços pagos, quanto dos recebidos pelos produtores para apoio ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar – PGPAF, a elaboração dos cálculos de custos de produção e análise de mercado, que servem de apoio na avaliação da necessidade de intervenção governamental para garantir o abastecimento agroalimentar.

No início de 2010 havia 7.790 séries cadastradas e até dezembro atingiu-se 8.908, o que representou 99% da meta estabelecida na LOA-2010 (9.000).

A Avaliação Nacional da Geração de Informações começou em outubro e se estendeu até dezembro, por meio do deslocamento de técnicos da Conab ao interior dos Estados, visando contatos com informantes de preços de produtos.

Os dispêndios realizados até dezembro de 19,2% da dotação referem-se a gastos com passagens e diárias para cadastramento dos informantes.

Nessa linha, foi realizado um cadastro de informantes para a coleta de preços recebido pelo produtor de abacaxi, banana e cana-de-açúcar, que são novos produtos incluídos na Política de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) para a safra 2010/2011.

Com isso, houve o deslocamento a municípios do Estado do Rio de Janeiro que possuem produção agrícola significativa e quantidade relevante de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para as culturas mencionadas.

A tarefa executada de 7 a 12 de novembro visava a identificação e o acompanhamento das situações e dificuldades de mercado encontradas pelo produtor (locais de produção, levantamento de custos, estrutura de comercialização, gargalos da cadeia produtiva e outras). Nessa ocasião houve a preocupação de explicar aos novos informantes que o contato era uma proposta de intercâmbio de informações. Desse modo, buscou-se despertar a consciência da importância da colaboração para o estabelecimento de políticas públicas para os agricultores e o mercado. Após o

cadastramento dos informantes, foi iniciada a coleta dos preços recebidos pelos produtores e seu lançamento no Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento (SIAGRO).

Quadro 2.14 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RJ	
Dotação Orçamentária	350.000,00	5.000,00	1,43
Execução Orçamentária	67.053,63	5.000,00	
Índice	19,16	100,00	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	-	0,00
Execução Física	8.908	-	
Índice	98,98	-	

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
2010	1.034,00	314,03	750,00	39,00	-	2.137,03

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				-
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	42,74
Análise:				

11 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – Difin
- **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Superintendência de Finanças – Sufin
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Finanças e Administração – Gefad e Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade

No exercício de 2010, o crédito orçamentário final foi de R\$ 459.342.641,00, dos quais foram gastos R\$ 447.856.094,54; perfazendo 97,50% do previsto.

Já para a Sureg-RJ houve uma dotação de R\$ 7.622.000,00 (1,66% do total nacional), sendo liquidados R\$ 7.617.844,53, ou 99,95% da dotação. Deste valor foram executados R\$ 4.230.187,22 para pessoal; R\$ 3.381.674,92 para custeio e R\$ 5.982,39 para investimentos.

Cabe destacar que as informações sobre a composição do quadro de pessoal desta Regional está detalhado conforme disposto na Portaria TCU n.º 277, no item 5 – Informações sobre Recursos Humanos.

Quadro 2.15 – Gestão e Administração do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	7.622.000,00	1,66
Pessoal	359.742.641,00	4.232.500,00	1,18
Custeio	81.077.168,00	3.382.500,00	4,17
Investimentos	18.522.832,00	7.000,00	0,04
Execução Orçamentária	447.856.094,54	7.617.844,53	1,70
Pessoal	356.605.474,56	4.230.187,22	1,19
Custeio	80.499.809,63	3.381.674,92	4,20
Investimentos	10.750.810,35	5.982,39	0,06
Índice	97,50	99,95	-

Fonte: Supor e Siafi

Quadro

Discriminação	RJ			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	7.025.306,24	8.740.525,76	11.094.387,33	4.230.187,22
Outros benefícios assistenciais	33.423,39	33.500,00	39.770,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	5.246.211,23	6.471.119,94	8.222.072,45	732.863,99
Obrigações patronais	1.711.094,05	2.202.054,28	643.148,20	685.970,89
Outras despesas variáveis	28.863,62	32.313,06	19.934,09	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	25.134,42
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	5.713,95	1.538,48	14.492,34	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	2.153.486,78	2.786.217,92
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	1.483,47	0,00
Custeio	2.924.061,38	3.083.784,65	3.267.201,47	3.381.674,92
Outros benefícios assistenciais	0,00	3.675,28	0,00	0,00
Diárias	22.827,50	9.757,50	48.051,42	142.089,50
Material de consumo	149.143,87	153.867,81	187.150,67	173.827,55
Passagens e Despesas com locomoção	24.462,48	23.446,18	18.409,73	22.602,19
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	56.512,04	49.963,55	84.553,53	78.660,86
Locação de mão-de-obra	497.649,71	489.808,71	546.217,30	608.895,51
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.996.342,29	2.157.947,25	2.181.252,29	2.181.284,43
Obrigações tributárias e contributivas	177.123,49	195.318,37	201.566,53	174.314,88
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	345.174,74	212.568,45	29.438,29	5.982,39
Obras e instalações	83.815,18	0,00	10.081,75	0,00
Equipamento e material permanente	261.359,56	212.568,45	19.356,54	5.982,39
Total	10.294.542,36	12.036.878,86	14.391.027,09	7.617.844,53

Fonte: Siafi

As despesas realizadas no grupo Pessoal referem-se ao pagamento, principalmente, dos encargos sociais e sentenças trabalhistas, pois as demais despesas como salários, gratificações e outras, são realizadas na Matriz por meio da folha de pagamento.

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				99,93
2008				99,89
2009				99,97
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,95
Análise:				

12 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.
- **Descrição:** Modernização do setor hortigranjeiro a partir de iniciativas como: desenvolvimento e integração do banco de dados estatísticos dos mercados atacadistas; universalização das informações geradas; modernização dos processos de gestão técnico operacional e administrativo dos mercados e estímulo à agregação de tecnologia.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Superintendência de Abastecimento Social - SUPAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Newton Araújo Silva Júnior
- **Unidades Executoras:** Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – GEHOR

Quando da criação desta Ação, foi prevista a adesão dos cinco mercados/CEASAs existentes no Estado do Rio de Janeiro no Sistema de Informações sobre comercialização e preços de comercialização.

Ainda em 2008 ocorreu a adesão do Mercado do Rio de Janeiro e em 2010 dos mercados de São Gonçalo, Nova Friburgo, Pati de Alferes e São José do Ubá.

O processo de adesão já havia sido iniciado por técnicos da Matriz e sua conclusão dependia de adequações nos próprios mercados, portanto não houve necessidade da realização de despesas, apenas ficou consignada meta física para a Ação.

Quadro 2.16 – Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

(8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro			
Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RJ	
Dotação Orçamentária	400.000,00	-	0,00
Execução Orçamentária	33.217,94	-	
Índice	8,30	-	
Meta Física – unidade organizada	16	4	25,00
Execução Física	12	4	
Índice	75,00	-	

Fonte: Diafi/Supor/Gepor, Dirab/Supab/Gehor e Siafi

Nome: Percentual de Mercados Hortigranjeiros Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de execução da meta estabelecida				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = meta estabelecida				
Fonte: X = Supab/Gehor e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				100,00
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Com a inclusão dos mercados de São Gonçalo, Nova Friburgo, Pati de Alferes e São José do Uba, a Regional cumpriu 100% da meta prevista.				

Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de mercados atacadistas integrados em relação aos existentes no Brasil				
Objetivo: Acompanhar a evolução do processo de integração dos mercados atacadistas, conforme meta prevista				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% dos mercados existentes				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = número de mercados existentes				
Fonte: X e Y = Supab/Gehor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Periodicidade: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				20,00
2009				-
2010	Meta:	80,00	Realizado	80,00
Análise: Em 2010, a Regional atingiu 100% de adesão dos mercados existentes no Estado no sistema de informações de preços e comercialização de produtos.				

13 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico
- **Finalidade:** Esta ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a CONAB realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa
- **Unidade regional responsável pela execução:** Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - Seopi
- **Responsáveis regionais:** Cláudio Chagas Figueiredo e Olavo Franco de Godoy Neto

A Conab, em todo o território nacional, desenvolve um programa, em cooperação com o MAPA, para acompanhamento e avaliação das safras brasileiras de produtos agrícolas. No ano de 2010 foram previstos 12 levantamentos de safra e intenção de plantio de grãos para todo o território nacional. Para o Rio de Janeiro, em face das peculiaridades produtivas, foram realizados apenas 4 levantamentos de campo. O restante das coletas de informações foi realizado por telefone. Com isso, as atividades foram executadas plenamente de acordo com o planejado, tendo os levantamentos de campo sido realizados em um ou dois roteiros, considerando-se os principais municípios com cultivo significativo de arroz, feijão e milho. A Sureg/RJ não executou levantamentos de campo de café, apesar da previsão de 3 estimativas no calendário nacional. Cabe destacar que, no ano de 2010, esses levantamentos foram executados nos principais estados produtores.

Atendendo às demandas previamente programadas pela Suinf e Geasa para o ano de 2010, foram executadas as viagens de levantamentos de campo descritas abaixo:

Levantamentos de safra de grãos (arroz, feijão e milho):

- 1 viagem em janeiro (5º levantamento de grãos 2009/10 – 1 roteiro);
- 2 viagens em março (7º levantamento de grãos 2009/10 – 2 roteiros);
- 2 viagens em julho (11º levantamento de grãos 2009/10 – 2 roteiros);
- 1 viagem em novembro (3º levantamento de grãos 2010/11 – 1 roteiro).

O Quadro a seguir ilustra os valores destinadas à execução dos levantamentos de safras previstos para o ano de 2010.

Quadro 2.17 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RJ	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	20.000,00	2,00
Execução Orçamentária	878.237,66	15.938,35	1,81
Índice	87,82	79,69	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	11	91,67
Execução Física	12	11	91,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Na metodologia utilizada pela Companhia, para realizar estes levantamentos, são programadas visitas de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país, aos escritórios de assistência técnica, aos principais produtores municipais e outros informantes alternativos, de forma a manter um contato direto e interação com estas fontes de informação, procedendo-se, em seguida, ao preenchimento de questionários padronizados em nível nacional, a fim de apurar um conjunto de informações. Mesmo sendo sabido que a utilização de fontes ligadas à administração pública local não são as ideais, estas fontes também são contatadas a fim de se manter a interação com as pessoas envolvidas. Após os lançamentos dos dados em formulários próprios e envio à Suinf, há uma discussão com representantes do IBGE, visando a geração de números estaduais comuns, a fim de realizar uma mesma divulgação de informações oficiais acerca das principais lavouras brasileiras.

a) Levantamento de safra de grãos

Para a realização dos levantamentos de safra de grãos são percorridos, normalmente, dois roteiros, que consideram os principais municípios com cultivo significativo de arroz, feijão e milho. Cabe ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro não tem expressão enquanto produtor de grãos. Mesmo diante da pequena produção, observa-se, ainda, uma persistente queda comparativa aos anos anteriores, principalmente, na produção de milho.

O Quadro ilustra os valores de área, produtividade e produção das culturas consultadas.

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Arroz	2,2	2,2	0,0	0,0	7,9	7,9	0,0	0,0
Feijão total	5,0	4,6	-8,0	-0,4	4,5	4,4	-2,2	-0,1
Feijão 1ª safra	1,6	1,6	0,0	0,0	1,4	1,5	7,1	0,1
Feijão 2ª safra	3,4	3,0	-11,8	-0,4	3,1	2,9	-6,5	-0,2
Milho total	8,3	7,0	-15,7	-1,3	20,4	17,5	-14,2	-2,9
Milho 1ª safra	8,3	7,0	-15,7	-1,3	20,4	17,5	-14,2	-2,9
Total RJ	15,5	13,8	-11,0	-1,7	32,8	29,8	-9,1	-3,0

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Arroz	2,2	1,9	-13,6	-0,3	7,9	6,7	-15,2	-1,2
Feijão total	4,6	4,6	0,0	0,0	4,4	4,2	-4,5	-0,2
Feijão 1ª safra	1,6	1,6	0,0	0,0	1,5	1,5	0,0	0,0
Feijão 2ª safra	3,0	3,0	0,0	0,0	2,9	2,7	-6,9	-0,2
Milho total	7,0	7,0	0,0	0,0	17,5	17,3	-1,1	-0,2
Milho 1ª safra	7,0	7,0	0,0	0,0	17,5	17,3	-1,1	-0,2

As condições de clima são favoráveis à produção destes grãos, entretanto, as características topográficas que, via de regra, impedem a mecanização, torna a produção destes grãos inviável economicamente em face da prática de procedimentos agrícolas ultrapassados com utilização elevada de mão-de-obra.

A baixa produção e o elevado custo da mesma tornam o Rio de Janeiro um importador destes produtos de outras áreas tradicionalmente produtoras como arroz do Rio Grande do Sul, feijão do Paraná, Santa Catarina e Bahia e milho de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A avicultura ainda existente e persistente adquire insumos dessas fronteiras agrícolas com adição aos seus custos de um percentual expressivo no item frete. A CONAB apoia estes produtores através de seus instrumentos de comercialização, viabilizando a remoção, através de pagamentos de prêmios, das áreas produtoras para as áreas consumidoras do Estado.

b) Levantamento de safra de café

Para a realização do levantamento de safra de café no Rio de Janeiro foi criado um roteiro com os municípios que detém as produções mais expressivas do produto dentro do Estado, correspondendo aos municípios de São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Duas Barras, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Natividade, Porciúncula, Varre Sai e São Fidélis. Normalmente, as informações para o referido levantamento são obtidas nos escritórios locais da EMATER, através de seus técnicos de campo. Cabe destacar, que não houve levantamento de safra de café no ano de 2010 no estado do Rio de Janeiro.

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				200,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Em 2010, foram realizadas todas as pesquisas sobre as condições da safra programadas.				

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				81,77
2008				61,04
2009				74,02
2010	Meta:	100	Realizado	79,69
Análise: Na dotação orçamentária está prevista a possibilidade de realização de pesquisas extras em decorrência de quebra de safra, o que não foi necessário, em decorrência a execução orçamentária atingiu 79,69% da previsão inicial.				

14 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários e outros de terceiros.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns - Gecad
- **Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional:** Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - Segeo
- **Responsável regional da ação:** Soraya Grinspun Hirsch

A meta global para a Conab, aprovada na LOA/2009, previa a execução de serviços de manutenção, recuperação e modernização em 70 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$ 27.050.000,00. Durante todo o exercício houve cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 6.000.000,00 e o atendimento a 88 unidades com a realização de pequenas obras de manutenção e aquisições, ao custo total de R\$ 7.164.102,96, o que corresponde a 125,71% da meta física estabelecida e 34,03% da dotação alocada.

Foi disponibilizado para a SUREG/RJ o atendimento a 01 unidade e uma dotação orçamentária de R\$ 20.000,00. Contudo, durante todo o exercício, as despesas liquidadas totalizaram R\$ 17.249,96, toda ela inscrita em Restos a Pagar.

As obras realizadas e as em restos a pagar em 2010, objetivaram atender 02 unidades sob jurisdição da SUREG/RJ, sendo pagas a quantia de R\$ 152.371,08 à empresa MAFRA Ribeiro Construções e Metalúrgica Ltda., referentes à última parcela das obras de recuperação da estrutura metálica de cobertura do Hortomercado Humaitá e R\$ 1.200,00 à empresa KPB Serviços e Reformas Ltda. ME, referentes à terceira parcela do serviço de recapeamento do pátio da UA Lyra Tavares. No período de 2010 foi contratado serviço de elaboração de desenhos técnicos que constituíram o projeto de recuperação das coberturas dos armazéns 01 e 02 da UA Lyra Tavares, com custo de R\$ 2.919,73.

Quadro 2.18 - Obras realizadas em 2009 e pagas em 2010

Unidade	Serviço/Obra	Valores (R\$)			
		Corrente	Capital	Liquidado	Restos a pagar
UA Lyra Tavares	Recapeamento asfáltico do pátio da UA	3.462,00	0,00	1.200,00	2.262,00
UA Lyra Tavares	Desenhos/Plantas	2.919,73	0,00	2.919,73	0,00
Hortomercado Humaitá	Recuperação da estrutura metálica	152.391,08	0,00	152.391,08	0,00

Em operação na rede armazenadora própria, sob jurisdição da SUREG/RJ, tem-se:

1- um armazém geral de ambiente natural, UA/Lyra Tavares, localizado à Rua Sargento Silvio Hollembach nº 220, em Barros Filho/RJ, integrado por 02 unidades, com uma capacidade estática de armazenagem total para 12 mil toneladas;

2- duas edificações denominadas Hortomercados, localizados uma no Humaitá e outra no Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro.

A UA Lyra Tavares conta com equipamentos operacionais necessários ao recebimento, expedição e movimentação das cargas e à guarda dos produtos. Em 2010, as demandas relativas à aquisição destes equipamentos operacionais foram atendidas à contento, como mostra o quadro abaixo:

Contrato Administrativo	Equipamento	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
065/2009	Estação Meteorológica	1	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
072/2009	Sondas de Monitoramento de Insetos	3	R\$ 53,00	R\$ 159,00

As instalações físicas desta unidade armazenadora, além de obras nos telhados, com vista à proteção das mercadorias, demandam também por obras a fim se adequar a algumas exigências do MAPA, bem como às de certificação de unidade armazenadora.

Quadro 2.19 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	20.000,00	0,10
Despesas Correntes	5.850.000,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	15.200.000,00	20.000,00	0,13
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.053.606,66	0,00	0,00
Despesas de Capital	346.883,27	0,00	0,00
Restos a Pagar	5.763.613,03	17.249,96	0,30
Despesas Correntes	409.482,03	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.354.131,00	17.249,96	0,32
Execução Total	7.164.102,96	17.249,96	0,24
Índice	34,03	86,25	-
Meta Física – unidade modernizada	70	1	-
Execução Física	88	1	1,14
Índice	125,71	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 6.000.000,00 no grupo despesas de capital, conforme Decreto de 13/10/2010

UF	Unidade	Serviço/Obra/Equipamento
RJ	Lyra Tavares	Aquisição de 1 pulverizador de carrinho
		Aquisição de 1 engenho de prova de arroz
		Aquisição de 1 balança eletrônica de precisão
		Aquisição de 1 jogo de peneiras para classificação de produtos vegetais
Total RJ		R\$ 17.249,96

Fonte: Siafi

Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	
0,00	0,00	0,00	0,00	4.285,00	4.285,00	0,00	4.285,00	4.285,00
0,00	0,00	0,00	0,00	11.785,71	11.785,71	0,00	11.785,71	11.785,71
0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
0,00	0,00	0,00	0,00	175,00	175,00	0,00	175,00	175,00
0,00	0,00	0,00	0,00	17.249,96	17.249,96	0,00	17.249,96	17.249,96
0,00	0,00	0,00	0,00	17.249,96	17.249,96	0,00	17.249,96	17.249,96

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				85,57
2008				96,99
2009				97,83
2010	Meta:	100,00	Realizado	86,25
Análise:				

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				100,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

15 – Outros Programas, Ações e Atividades

15.1 – (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços, destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento a diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula
- **Unidades executoras:** Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF
- **Área responsável pelas decisões estratégicas nacional:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Área responsável pela execução regional:** Gerência de Operações e Suporte Estratégico - GEOSE e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo
- **Responsável pela execução regional:** Sandra Conceição da Silva Portilho
- **Normas relacionadas à gestão da ação:** MOC – Título 26; Regulamento para Oferta de Prêmio para escoamento de Produto – PEP Nº 001/02 e Avisos específicos divulgados pela CONAB.

Esta ação faz parte do Programa Abastecimento Agroalimentar, sob a direção da Companhia, mas é de responsabilidade do Ministério da Fazenda, porém a Conab a executa por meio da descentralização financeira. É por meio desta ação que são realizados os leilões de PEP, PROP, o PEPRO e o pagamento de subvenção aos produtores de cana-de-açúcar.

O PEP e o PEPRO são instrumentos de comercialização utilizados quando o preço praticado no mercado se estabelece abaixo do Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal.

O PEP é uma subvenção econômica, um prêmio, concedido aos produtores, através daqueles, que se dispõem a adquirir, nos termos estabelecidos no Regulamento e nos Avisos específicos, o produto indicado pelo Governo, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado, o Preço Mínimo, promovendo o seu escoamento para a(s) região(ões) de consumo previamente estabelecida(s).

O PEPRO é uma subvenção econômica, um prêmio equalizador, concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa pela venda do produto como garantia do valor de referência, nas condições e abrangências previstas no Regulamento e no Aviso específico, conforme estabelecido pelo Governo Federal, a fim de promover o escoamento de estoques privados da zona de produção para as de consumo.

A origem dos produtos, tanto nas operações de PEP como nas de PEPRO, está concentrada em alguns Estados produtores, como Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina.

O Estado do Rio de Janeiro, que não possui produção da maioria destes produtos, objeto destas subvenções, participa do programa como destino dos produtos escoados, a fim de atender a região de consumo indicada nos Avisos, em face das demandas reprimidas aqui localizadas.

A utilização destes instrumentos de comercialização propiciam a manutenção da renda do setor rural na origem, reduz as flutuações de preço no mercado interno, garante a oferta e o abastecimento aos demandantes e diminui, substancialmente, as despesas do Governo Federal com a realização de volumosas e onerosas aquisições dos produtos, com a armazenagem e com as posteriores remoções para as regiões que forem demandando pelo consumo, além de deixar de utilizar grandes espaços para a guarda destes estoques públicos.

A operacionalização destes Prêmios de escoamento estabelece que toda a documentação comprobatória exigida seja apresentada nas Regionais de destino, onde é requerido um grande esforço na instrução dos processos, nas conferências e nas análises com vista ao pagamento dos prêmios objeto da subvenção.

A SUREG/RJ participou, durante 2010, de 08 leilões de PEP, com vista às operações de escoamento de milho para este Estado, conforme discriminado no Quadro abaixo.

Foram escoados 17.696,6 t de milho do Estado de Goiás e 1.230,00 t do Estado de Minas Gerais, com um prêmio pago total de R\$ 1.386.545,30.

No ano de 2010 não ocorreram as operações de PEPRO e VEP, entretanto, foram pagos R\$ 34.928,20 referentes às operações de PEPRO realizadas em 2009, para escoamento de algodão em pluma do Estado do Mato-Grosso do Sul para o Rio de Janeiro.

Quadro 2.20 – PEP Milho

PEP – Milho						
Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
GO	-	-	-	RJ	13.886	1.001.319,30
MG	-	-	-	RJ	2.187	168.243,23
MT	-	-	-	RJ	1.752	89.936,00
Total	-	-	-	-	17.825	1.259.498,53

Fonte: Suope/Gecom

DATAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS LEILÕES DO PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEP / 2010

Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
21	Milho Grãos	04/02/10	22/02/10	22/03/10	30/06/10	14/07/10
27	Milho Grãos	18/02/10	08/03/10	08/04/10	30/06/10	14/07/10
64	Milho Grãos	06/04/10	23/04/10	24/05/10	06/08/10	20/08/10
71	Milho Grãos	15/04/10	03/05/10	04/06/10	30/07/10	13/08/10
105	Milho Grãos	27/05/10	28/06/10	-	29/10/10	14/12/10
111	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	-	29/10/10	14/12/10
116	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	-	31/12/10	11/02/11
152	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	-	31/12/10	11/02/11
163	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	-	31/12/10	11/02/11
170	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	-	28/02/11	12/04/11
175	Milho Grãos	22/07/10	23/08/10	-	28/02/11	12/04/11
180	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	-	28/02/11	12/04/11
187	Milho Grãos	05/08/10	06/09/10	-	15/03/11	04/05/11
194	Milho Grãos	12/08/10	13/09/10	-	15/03/11	04/05/11
216	Milho Grãos	15/09/10	01/11/10	-	15/03/11	04/05/11

15.2 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

Área responsável pelas decisões estratégicas nacional : Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai/Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar - Supaf

Coordenador nacional da ação: Paulo Coutinho

Área responsável pela execução regional: Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo

Responsáveis pela execução regional: Elisa Picorelli Zukeran, Alexandre Carlos André Tavares, Ana Maria Oliveira Ferreira, Nilton Alves dos Santos Filho, Norma Castelo Branco Schiavo e Silvia Nunes da Silveira Barbosa.

Normas relacionadas à gestão da ação: Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003 , Decreto nº 6.447, de 07/05/2008, Termo de Cooperação Nº 003/2009 (Proc. Nº 71000.036137/2009-97), entre o MDS e a CONAB e MOC – Títulos 27, 28, 30, 31, 33 e 34

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da CONAB, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$ 4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$ 8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a CONAB tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-PRONAF e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a CONAB adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no PRONAF, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela CONAB). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A CONAB, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do PRONAF, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da CONAB, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

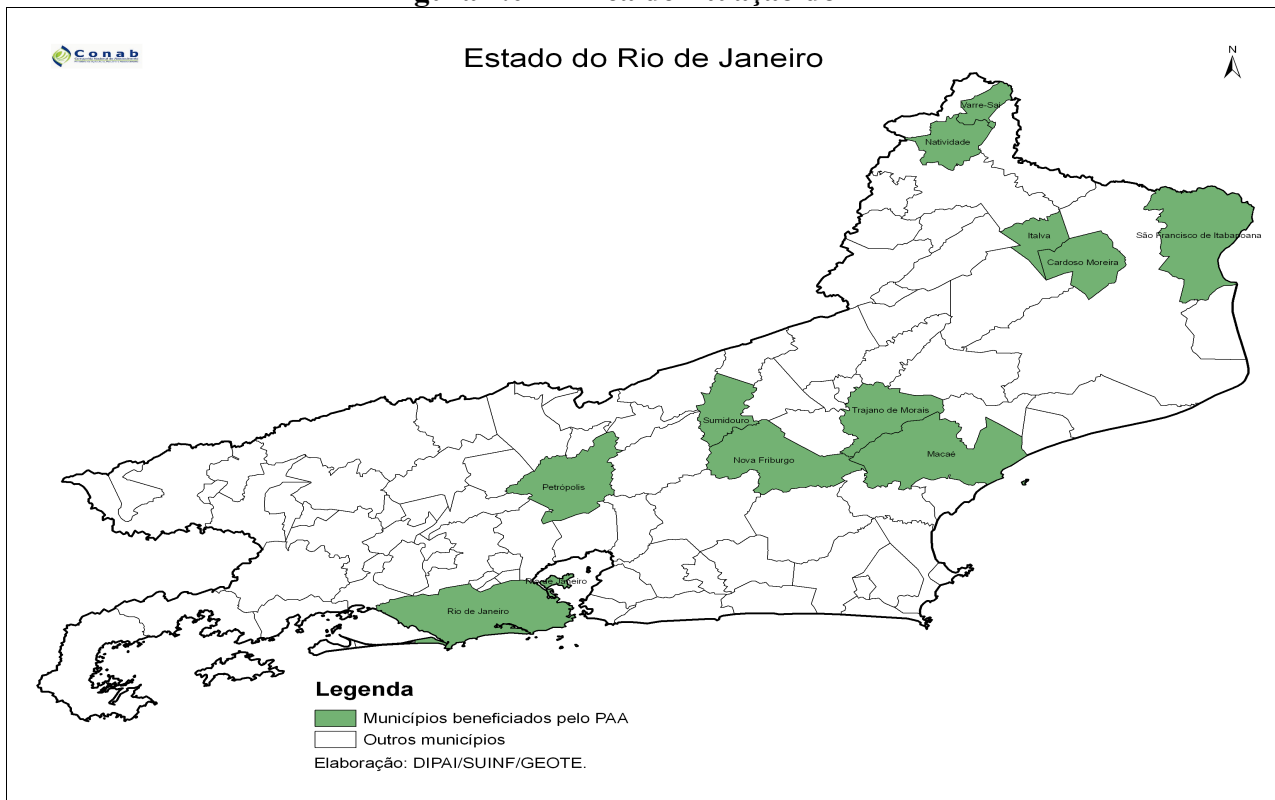
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela CONAB.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela CONAB, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da CONAB. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a CONAB adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado do Rio de Janeiro foram beneficiados 13 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura 2.01 - Área de Atuação do PAA



Com os recursos orçamentários/financeiros descentralizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e repassados pela Matriz, da ordem de R\$ 3.913.474,70, a Regional atendeu a 911 produtores familiares, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 2.21 - Operações do PAA realizadas pela CONAB no Estado do Rio de Janeiro em 2010

MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÃO COOPERATIVA	OPERAÇÃO	PRODUTOR	ENTIDADE CONS.	BENEFICIÁRIOS	QUANTIDADE (KG)	VALOR (R\$)
Cardoso Moreira	Amoprusam	CPR-Doação	58	18	1.795	154.280,00	239.983,20
Friburgo	Serra Velha	CPR-Doação	20	1	31.628	69.815,00	89.997,15
Friburgo	Serra Nova	CPR-Doação	22	1	31.628	73.911,00	98.997,23
Friburgo	Aprosace	CPR-Doação	14	1	31.627	35.486,00	62.987,00
Italva	Alfei	CPR-Doação	81	19	3.675	168.075,00	337.569,50
Macaé	Coopemac	CPR-Doação	21	3	2.141	45.590,00	43.184,42
Natividade	Aprunat	CPR-Doação	112	12	2.350	208.725,00	460.575,00
Paty de Alferes	Coprapa	CPR-Doação	17	11	1.505	54.825,00	39.983,15
Petrópolis	Apop	CPR-Doação	10	1	34.579	32.625,00	44.939,86
Petrópolis	Aperj	CPR-Doação	20	1	34.579	87.954,00	86.608,71

Rio de Janeiro	Unacoop-Quilombolas	CPR-Doação	23	1	388	89.873,00	100.888,99
Rio de Janeiro	Unacoop-Indígenas	CPR-Doação	32	1	870	124.978,00	141.639,38
Rio de Janeiro	Unacoop-Cozinhas	CPR-Doação	159	18	3.450	522.321,00	711.813,65
Rio de Janeiro	Unacoop-Sesc-Rio	CPR-Doação	190	1	1	594.132,00	851.387,98
São José do Ubá	Aprovisan	CPR-Doação	14	2	674	72.688,00	62.992,01
São Francisco de Itabapona	Amproac	CPR-Doação	23	14	6.379	83.621,00	79.848,88
Sumidouro	Apmells	CPR-Doação	44	1	3.739	131.190,00	197.964,35
Trajano de Moraes	Coapinc	CPR-Doação	24	1	265	60.685,00	107.999,80
Trajano de Moraes	Coapinc	CPR-Estoque	27	0	0	11.813,00	94.500,00
Varre-Sai	Taquara Branca	CPR-Doação	21	7	1.831	53.221,00	59.614,44
TOTAL			911	137	193.104	2.675.808,00	3.913.474,70

► **Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS**

Para a operacionalização do PAA, a CONAB e o MDS celebraram Termo de Cooperação em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura

familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$ 650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-CONSAD, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos, foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro 2.22 - Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Em 2010, a CONAB recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$ 314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a CONAB a utilizar recursos no valor de R\$ 25.000.000,00 destinados à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

a) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 2.664 toneladas de diversos produtos alimentícios de 884 produtores familiares e distribuídas a 137 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 624,06% no número de produtores familiares atendidos e de 493,22% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.23 - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
120	5	435	37.782	17	498.443,19
884	13	2.664	224.734	102	3.818.974,70

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$ 3.818.974,70, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 97,59% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 602,81%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.24 - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Total
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	18.592,80	4.278,58	498.443,19	1.940,32	0,00	34.949,42	1.253,35	559.457,66
2010	45.358,00	7.562,39	3.818.974,70	531,01	0,00	66.656,92	32.234,46	3.971.317,48

Fonte: Siafi

► Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a CONAB e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$ 109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$ 64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da SUREG/RJ foram atendidos 27 produtores rurais, conforme descrito a seguir.

a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram adquiridas 12 toneladas de banana passa, no município de Trajano de Moraes, ao custo de R\$ 94.500,00, atendendo 27 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.25 - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Ano	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-
2010	1	27	12	94.500,00

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Execução Orçamentária

As despesas liquidadas somaram R\$ 63.600.652,35. Destacou-se a despesa com a Aquisição de Bens para Revenda, com 90,01% do total de despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.26 - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

UF	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	Total
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	3.667,00	1.107,02	700,00	-	32.128,85	2.282,64	-	-	39.885,51
2010	3.772,50	-	2.093,92	-	3.633,89	-	-	94.500,00	104.000,31

Fonte: Siafi

15.3 – Atendimentos emergenciais e ajuda humanitária internacional

Área responsável pelas decisões estratégicas nacional: Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB / Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB

Coordenador nacional da ação: João Cláudio Dallacosta

Área responsável pela execução regional: Gerência de Operações e Suporte Estratégico - GEOSE e Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI

Responsável pela execução regional: Juçanã de Moraes Vital

Normas relacionadas à gestão da ação: MOC – Termos de Cooperação

A CONAB também atua na formação e manutenção de estoques de segurança de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias da Companhia, em locais estratégicos e de fácil acesso, de forma que a logística de retirada e distribuição dos alimentos e/ou materiais de higiene possa ser realizada com tempestividade e rapidez, a fim atender as situações emergenciais dos atingidos por enchentes, desabamentos, etc..., bem como a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, além da ajuda humanitária internacional.

No que concerne ao Rio de Janeiro, esses estoques foram formados com recursos orçamentários e financeiros transferidos através de convênios pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comprados através de leilões públicos realizados pela Matriz da Conab.

Independentemente do programa ou do convênio, após efetivadas as compras dos produtos, a SUREG/RJ procede à conferência dos produtos destinados e entregues na unidade de armazenamento sob sua jurisdição, conforme o requerido nos leilões realizados, providencia a entrada física dos produtos no armazém e nos estoques contábeis da Companhia, encaminha amostras para análise dos gêneros alimentícios recebidos, com vista ao controle de qualidade dos mesmos, e, tão logo liberados para consumo, inicia as entregas aos beneficiários dos atendimentos, mantendo em estoque os demais produtos recebidos e destinados a outros atendimentos como os de ajuda humanitária nacional e internacional, bem como os emergenciais, os quais são liberados de acordo com as necessidades que forem se apresentando.

A) Convênio com o MIN - Programa 1029

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab compete a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

Na área de atuação da Sureg-RJ as distribuições foram iniciadas em 2008 com atendimentos emergenciais e ajuda humanitária, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010, a quantidade de cestas de alimentos distribuídas representou 8,82% do total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.27 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	RJ	Part. (%)	Brasil	RJ	Part. (%)	Brasil	RJ	Part. (%)
2008	294.312	18.614	6,32	296.317	20.619,00	6,96	6999	473	6,76
2009	702.238	3.500	,50	712.752	3.500	,49	16.743	121	,72
2010	139.452	12.550	9,00	142.286	12.550	8,82	3.766	328	8,71

Fonte: Supab/Gepab

a) Aquisição de Gêneros Alimentícios

Durante o exercício foram realizados, pela Matriz, 22 leilões públicos, sendo adquiridas nesses certames 2.315,4 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, macarrão, rosquinhas de coco e sardinha. Também foram agregados aos estoques para distribuição 471,7 toneladas de arroz, feijão e leite em pó oriundos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e outras 129 toneladas de feijão vinculadas às AGFs. Os produtos foram entregues nos locais especificados nos respectivos Avisos de Leilão, sendo que esta Regional não recebeu produtos adquiridos no exercício.

Em 2010, a Sureg-RJ recebeu 97,1 toneladas de diversos gêneros alimentícios adquiridos por meio de leilões públicos, do PAA e pela formalização das AGFs, conforme detalhado a seguir.

Quadro 2.28 – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (Em t)			Total
	Leilão	PAA	PGPM	
Açúcar cristal	8,0	-	-	8,0
Arroz beneficiado	40,0	-	-	40,0
Farinha de mandioca	8,0	-	-	8,0
Feijão	-	-	12,0	12,0
Leite em pó	-	7,9	-	7,9
Macarrão	8,0	-	-	8,0
Óleo de soja	8,0	-	-	8,0
Rosquinhas de coco	3,2	-	-	3,2
Sardinha em lata	2,0	-	-	2,0
Total	77,2	7,9	12,0	97,1

Fonte: Suapb/Gepab

b) Distribuição de Cestas de Alimentos

Durante o exercício foram distribuídas 12.550 cestas de alimentos a igual número de famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.29 – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários						Total
		Atendimentos Emergenciais	Ajuda Humanitária	Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atendimentos Especiais	
2008	N.º Famílias	13.560	1.278	2.494	482	800	-	18.614
	Quant. Cestas	13.560	1.278	4.248	733	800	-	20.619
	Quant. Produtos(t)	312	28	98	17	18	-	473
2009	N.º Famílias	3.500	-	-	-	-	-	3.500
	Quant. Cestas	3.500	-	-	-	-	-	3.500
	Quant. Produtos(t)	82	-	-	-	-	39	121
2010	N.º Famílias	5.875	6.675	-	-	-	-	12.550
	Quant. Cestas	5.875	6.675	-	-	-	-	12.550
	Quant. Produtos(t)	126	176	-	-	-	26	328

Fonte: Supab/Gepab

c) Execução Orçamentária

A despesa total executada nesta Regional totalizou R\$163.418,71, destacando-se as despesas com Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, com participação de 98,10%.

Quadro 2.30 - Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos/MI

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	-	-	-	-	-	-	0,00
2010	-	3.103,28	160.315,43	-	-	-	-	163.418,71

Fonte: Siafi

B) Convênio com o MDS – Programa 1049

Normas relacionadas à gestão da ação: Ofício MDS Nº 02, de 06.01.2009; Termo de Cooperação 001/2009 celebrado entre a CONAB e o MDS.

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, terreiros, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de

sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Em 2010, foram recebidas 594 toneladas de leite em pó, açúcar e farinha de mandioca para formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, removidas dos estados do Espírito Santo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. As contratações foram realizadas pela Matriz por meio de leilões públicos.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 1049 – Acesso à Alimentação, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Quadro 2.31 – Remoções de Estoques do MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidade (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
ES	RJ	Leite em pó	PAA	7.374,78	7.374,78	50	50	0
ES	RJ	Leite em pó	Cestas	5.856,16	5.856,16	40	40	0
PE	RJ	Açúcar	PAA	2.508,34	2.508,34	13	13	0
PE	RJ	Farinha de mandioca	PAA	4.180,56	4.180,56	3	3	0
RS	RJ	Leite em pó	PAA	94.509,89	94.509,89	345	345	0
RS	RJ	Pêssego	PAA	17.433,99	17.433,99	103	103	0
RS	RJ	Leite em pó	Estratégico	10.447,96	10.447,96	40	40	0
Total				142.311,68	142.311,68	594	594	0

Fonte: Suarm/Gemov

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e

pela PGPM.

Na área de atuação da Sureg-RJ tradicionalmente são atendidas as famílias de acampados a espera da reforma agrária, as remanescentes de quilombos e as comunidades de terreiro. Eventualmente são realizados atendimentos especiais e aos indígenas. A quantidade de cestas de alimentos distribuídas representa, em média, 1,82% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.32 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	RJ	Part. (%)	Brasil	RJ	Part. (%)	Brasil	RJ	Part. (%)
2003	254.911	2.270	0,89	715.435	6.810	0,95	16.607	146	0,88
2004	447.764	2.556	0,57	1.620.828	16.691	1,03	38.077	392	1,03
2005	505.375	4.571	0,90	1.950.914	18.516	0,95	47.956	458	0,96
2006	343.452	5.395	1,57	1.820.792	113.369	6,23	40.943	650	1,59
2007	402.726	8.156	2,03	2.097.153	19.944	0,95	49.590	487	0,98
2008	354.218	3.776	1,07	1.439.256	19.168	1,33	32.552	378	1,16
2009	338.446	6.137	1,81	1.427.275	25.676	1,80	32.636	571	1,75
2010	446.363	5.037	1,13	1.946.543	25.400	1,30	46.299	619	1,34

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade de gêneros alimentícios adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-RJ recebeu 543,9 toneladas acrescidas de outras 196,6 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e às AGFs, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.33 - Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	60,4	-	-	60,4
Arroz beneficiado	302,2	-	-	302,2
Feijão	-	-	158,9	158,9
Farinha de mandioca	60,5	-	-	60,5
Fubá de milho	30,2	-	-	30,2
Leite em pó	-	37,7	-	37,7
Óleo de soja	60,4	-	-	60,4
Macarrão	30,2	-	-	30,2
Total	543,9	37,7	158,9	740,5

Fonte: Supab/Gepab

As distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, sendo, posteriormente, estendidas às famílias remanescentes de quilombos e às comunidades de terreiro. No período, foram realizados também atendimentos especiais e aos indígenas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.34 - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários							Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais	
2003	N.º Famílias	2.270	-	-	-	-	-	-	2.270
	Quant. Cestas	6.810	-	-	-	-	-	-	6.810
	Quant. Produtos(t)	146	-	-	-	-	-	-	146
2004	N.º Famílias	2.270	286	-	-	-	-	-	2.556
	Quant. Cestas	15.890	801	-	-	-	-	-	16.691
	Quant. Produtos(t)	374	18	-	-	-	-	-	392
2005	N.º Famílias	3.242	482	800	-	-	47	-	4.571
	Quant. Cestas	13.341	1.928	3.200	-	-	47	-	18.516
	Quant. Produtos(t)	337	45	75	-	-	1	-	458
2006	N.º Famílias	2.942	482	800	1.000	-	171	-	5.395
	Quant. Cestas	101.598	3.856	6.744	1.000	-	171	-	113.369
	Quant. Produtos(t)	394	86	140	27	-	3	-	650
2007	N.º Famílias	3.714	642	800	3.000	-	-	-	8.156
	Quant. Cestas	11.390	2.088	3.466	3.000	-	-	-	19.944
	Quant. Produtos(t)	288	52	84	63	-	-	-	487
2008	N.º Famílias	2.494	482	800	-	-	-	-	3.776
	Quant. Cestas	12.517	2.641	4.010	-	-	-	-	19.168
	Quant. Produtos(t)	251	51	76	-	-	-	-	378
2009	N.º Famílias	1.805	482	3.850	-	-	-	-	6.137
	Quant. Cestas	8.056	2.410	15.210	-	-	-	-	25.676
	Quant. Produtos(t)	180	53	338	-	-	-	-	571
2010	N.º Famílias	1.805	582	1.850	800	-	-	-	5.037
	Quant. Cestas	7.856	3.774	11.370	2.400	-	-	-	25.400
	Quant. Produtos(t)	185	80	274	80	-	-	-	619

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$747.531,99. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$730.148,97, representando cerca de 97,67%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 34,6% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.35 - Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Surg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	-	1.125.284,12	-	-	17.738,07	-	1.143.022,19
2010	11.092,00	3.561,99	730.148,97	-	-	925,00	1.804,03	747.531,99

Fonte: Siafi

C) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações

preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidade socionatural, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção, recuperação e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém, o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004, sendo doadas até 2010, 47.514 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões eletrônicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Em 2010, foram doadas 138,2 toneladas de produtos alimentícios e 37,5 mil latas de fiambre, sardinha e óleo de soja, armazenados no Rio de Janeiro. Os quadros a seguir detalham as doações realizadas em 2010 e no período e em 2004/2010.

Quadro 2.36 - Demonstrativo de Ajuda Humanitária em 2010

Produto	País / Região (em t)		Total
	Peru	Haiti	
Açúcar Cristal	1,2	19,8	21,1
Arroz beneficiado	6,1	60,7	66,8
Farinha de mandioca	1,2	9,8	11,1
Feijão preto	1,8	2,5	4,3
Leite em Pó	1,2	22,8	24,0
Macarrão espaguete	1,2	9,8	11,0
Total	12,8	125,4	138,2
Fiambre em lata	-	18,9	18,9
Óleo de soja	1,2	9,8	11,0
Sardinha em lata	-	7,7	7,7
Total	1,2	36,3	37,5

Fonte: Supab/Gepab

Quadro 2.37 - Demonstrativo de Ajuda Humanitária, período 2004-2010

Produto	País																	Total
	Haiti	Tailândia	Guiana	Sri Lanka	El Salvador	Guatemala	Paquistão	Bolívia	Ecuador	Peru	Jamaica	Moçambique	Zâmbia	Cuba	Paraguai	Faixa de Gaza	Honduras	
Arroz	15.290.360	5.000	7.090	-	900	1.800	8.700	19.510	6.620	26.100	205.400	-	-	19.612.180	12.180	-	10.000.000	45.195.840
Feijão	15.476	-	3.545	-	-	-	-	7.910	2.493	7.824	1.080	3.500	3.500	3.600	3.654	-	-	52.582
Fubá de milho	2.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220
Flocos de milho	2.220	-	709	-	-	-	900	1.305	960	-	-	-	-	-	-	3.500	-	9.594
Farinha de mandioca	15.540	-	1.418	-	100	200	-	2.010	-	5.230	720	2.500	-	2.550	2.436	-	-	32.704
Farinha de trigo	1.500	-	-	24.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.500
Açúcar	29.590	1.000	1.418	-	7.180	600	1.650	6.570	2.332	5.250	720	-	-	2.550	2.436	700	-	61.996
Macarrão	12.072	1.000	709	-	-	-	800	1.300	2.322	5.224	720	-	-	2.620	2.436	-	-	29.208
Leite empó	726.232	-	709	42.000	5.460	800	1.050	1.300	2.161	5.224	300.720	-	-	707.530	2.436	700	300.000	2.096.322
Sal	-	-	-	-	-	-	-	1.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.020
Milho em grãos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-	-	-	-	3.000
Biscoito de água e sal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.400	-	1.400
Biscoito maisena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700	-	700
Macarrão instantâneo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	595	595
Semente de hortaliças	350	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	930	-	150	-	1.430
Total (Em kg)	16.095.560	7.000	15.598	66.000	13.640	3.400	13.100	40.925	16.888	54.852	509.360	6.000	6.500	20.331.960	25.578	7.745	10.300.000	47.514.106
Sardinha em lata	7.672	-	-	-	559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	228	-	8.459
Fambré em lata	18.885	-	-	-	1.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	560	-	20.821
Óleo de soja	18.460	1.000	1.418	-	400	600	1.600	4.600	322	5.220	720	-	-	2.540	2.436	-	-	39.316
Total (lata)	45.017	1.000	1.418	-	2.335	600	1.600	4.600	322	5.220	720	-	-	2.540	2.436	788	-	68.596

Fonte: Supab/Gepab

D) Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

Em vista do disposto no Artigo 26 da Lei nº 12.058/09, o Governo Federal disponibilizou para doação a nível nacional o quantitativo de 70.000 toneladas de feijão anão cores, proveniente dos estoques públicos da Política de Garantia de Preços Mínimos, visando ações de suplementação alimentar vinculadas a programas conduzidos pelo MDS, MEC e Secretaria Nacional de Defesa Civil.

O quantitativo em questão foi dividido em cotas que foram repassadas a diversas praças conforme Instruções Básicas contidas na CI DIRAB Nº 1125/2009, com vigência a partir de 01/12/2009, cabendo a SUREG-RJ a parcela de 2.500.000 Kg do produto supracitado, da safra 2008/2009.

Em caráter prioritário, o MDS apresentou a listagem das comunidades específicas e outras instituições/cooperativas que deveriam ser contempladas e a Diretoria de Abastecimento da CONAB expediu autorização, no sentido de que diversas Prefeituras Municipais no Estado do Rio de Janeiro também fossem contempladas com a referida doação, através da Secretaria de Assistência Social e de Educação, ocasião esta, em que diversas escolas, abrigos, creches e banco de alimentos puderam receber o feijão da PGPM, integrando-o às refeições e/ou cestas de alimentos, beneficiando inúmeras famílias/pessoas e/ou alunos carentes, cujo perfil se enquadrava nas exigências do Programa em pauta.

No ano de 2010, a SUREG-RJ também recebeu, através de remoção, o quantitativo de 8.583 caixas, ou seja, 102.996 latas de Doce de Pêssego em Calda, provenientes da Agricultura Familiar /PAA do Rio Grande do Sul, sendo o produto em referência, a exemplo de feijão da PGPM, disponibilizado à várias comunidades específicas e entidades que desenvolvem Projetos Sociais no nosso Estado, como também a diversas Prefeituras Municipais, priorizando, neste caso, a área da educação.

Demonstramos abaixo as doações de feijão (PGPM) e Pêssego (PAA) para as Prefeituras/Entidades realizadas em 2010.

DOAÇÃO DE FEIJÃO(PGPM) E PÊSSEGO(PAA) PARA AS PREFEITURAS/ENTIDADES – ANO 2010				
PREFEITURAS/ENTIDADES	SITUAÇÃO	Nº PESSOAS BENEFICIADAS	TOTAL DE FEIJÃO RETIRADO (Kg)	TOTAL DE PÊSSEGO RETIRADO (Lta)
ARARUAMA *	4	2.200	7.900	
ARRAIAL DO CABO (Defeso)	2/5	5.247	10.500	
ARRAIAL DO CABO Nov/Dez/10	1	12.000	9.600	
ANGRADOS REIS – Ativ. Econ.	¼	1.505	24.000	
AREAL	5	2.269	4.200	
APERIBE	¼	1.489	3.200	144
ARMAÇÃO DE BÚZIOS	5	7.828	14.000	
BARRA MANSA	1	122	500	
BELFORD ROXO	5	56.076	101.000	
BOM JARDIM	1/4/5	6.758	23.100	456
BOM JARDIM Nov/Dez/10	1	4.987	4.000	
BOM JESUS ITABAPOANA	5	4.610	9.000	1.536
BOM JESUS ITABAPOANA-Soc.	1	3.002	10.850	840
BOM JESUS ITABAP. Nov/Dez	1	8.600	6.900	
CABO FRIO	5	35.000	45.000	
CACHOEIRA DE MACACU	5	7.563	13.650	
CAMBUCI	5	2.500	4.500	
CAMPOS (Educação)	5	17.521	32.000	
CAMPOS (Social)	1	1.595	5.800	
CAMPOS (Fundação)	1/3	1.676	3.200	
CANTAGALO	5	2.300	5.000	
CARMO	5	1.901	3.500	
CARMO (Famílias)	4	1.790	6.500	
CARAPEBUS	5	2.381	4.300	
CASIMIRO DE ABREU	1/5	7.562	21.300	672
CASIMIRO DE ABREU Nov/Dez	1	2.201	2.600	
CONCEIÇÃO DE MACABU *	1/5	3.750	8.000	
CORDEIRO (Educação)	5	1.958	3.500	192
CORDEIRO (Área Social)	4	15.380	55.350	
CARDOSO MOREIRA-Educação	5	2.500	4.500	720
CARDOSO MOREIRA (Social)	3	650	1.200	540
CARDOSO MOREIRA Nov/Dez	1	1.287	1.500	
COM. LEVY GASPARIAN	5	2.032	4.000	
DUAS BARRAS	5	1.939	3.500	
DUQUE DE CAXIAS	5/1	88.428	80.000	
ENG. PAULO DE FRONTIN	5	1.948	4.000	
GUAPIMIRIM	5	8.100	15.000	
IGUABA GRANDE	5	3.304	6.000	
ITAGUAÍ	5	20.441	36.900	
ITALVA *	2/3/5	1.478	2.700	744
ITALVA *	4	3.000	7.200	
ITABORAÍ	1/5	31.663	58.000	
ITAOCARA	1/3/5	2.098	4.500	
ITATIAIA	1/5	4.992	9.100	
ITAPERUNA	1/5	10.610	19.500	
ITAPERUNA (A SOCIAL)	2	1.050	1.500	
JAPERI *	5	14.534	27.000	
JAPERI Social	1	1.667	6.000	
LAJE DO MURIAÉ	1	1.146	2.100	
MAGÉ	5	42.576	36.000	
MACAÉ – Social	1	1.255	4.550	600
MACAÉ – Nov/Dez/10	1	22.500	10.000	
MACUCO	5	837	1.500	
MANGARATIBA	4	11.955	43.000	
MANGARATIBA-Nov/Dez/10	1	"	9.600	840
MARICÁ	1/2/3	16.319	27.000	
MARICÁ (*) Desabrigados	2	1.390	3.000	1.200
MARICÁ	5	14.893		3.600
MESQUITA	3/5	16.851	8.000	4.008
MESQUITA ADITIVO EDUC.	5	"	3.000	
MESQUITA (A SOCIAL)	2	"	4.000	
MIGUEL PEREIRA	5	3.385	6.000	1.692
MENDES	1/5	1.939	3.600	948
MIRACEMA	1/3/5	14.043	42.000	2.400
NATIVIDADE	1/3/5	2.267	4.400	
NATIVIDADE Nov/Dez	1	8.690	7.000	840
NILÓPOLIS	5	12.012	21.700	1.176
NOVA IGUAÇÚ	5	73.817	133.000	12.300
NOVA FRIBURGO	5	20.979	38.000	3.492
NITERÓI(Veiculo Conab) B.Alim.	4	6.500	10.000	
NITERÓI (Prefeitura Def. Civil)	2	1.300	7.000	
NITERÓI Desabrigados/M.Bumba	2	13.000		5.400
PARACAMBI	4	5.900	21.300	
PATY DO ALFERES	2/5	4.483	10.000	1.740
PARAIBA DO SUL	5	6.833	12.500	
PETRÓPOLIS	1/5	2.255	5.400	
PINHEIRAL	1/5	7.478	21.600	2.496
PINHEIRAL- Nov/Dez/10	1	"	5.000	600
PORCIÚNCULA (inicial)	1/3/5	6.306	9.600	1.464
PORCIÚNCULA (COMPLEMENTO)	1/3/5	"	5.700	
PORTO REAL (Educação)	5	3.332	6.000	324
PORTO REAL (Área Social)	3	185	700	
QUEIMADOS	¼	4.840	17.450	
QUEIMADOS – Nov/Dez/10	1	"	3.900	420
QUISSAMÁ	5	4.314	7.800	2.160
RESENDE	1	285	1.000	96
RESENDE – Nov/Dez/10	1	252	300	
RIO BONITO (Sec. Educ.)	5	10.175	19.000	3.396
RIO BONITO (Área Social)	¼	11.950	28.000	

1 Asilos/Similar

2 Banco de Alimentos

3 Creches/Similar

4 Famílias Assistidas

5 Merenda Escolar

PREFEITURAS/ENTIDADES	SITUAÇÃO	Nº PESSOAS BENEFICIADAS	TOTAL DE FEIJÃO RETIRADO (Kg)	TOTAL DE PÊSSEGO RETIRADO (Lta)
ASSOC.A.DIVINA L. DE VIDA	4	1.055	1.200	204
GASAS-GRUPO DE ASOLIDAR.	4	245	300	49
PESTALOZZI ANGRADOS REIS/RJ	1	280	330	108
PESTALOZZI CACHOE. DE MACACU	1	100	120	48
PESTALOZZI DE MARICÁ/RJ	1	155	180	48
CASA DOS POBRES NILÓPOLIS	1	13	50	24
C. ESPÍRITA LEOPOLDO MACHADO	1	325	400	72
COEP – REDE NAC. DE MOB. SOCIAL	1	4.400	5.300	240
COMUNIDADE EVANGÉLICA / CEIFA	1	117	140	60
FUNDAÇÃO LEÃO XIII	1	300	500	360
IGREJA ASSEMB. DE DEUS DO AVIV.	1	500	600	192
IRMANDADE STA MISERICÓRDIA	1	250	270	96
LAR FABIANO DE CRISTO	1	905	1.000	336
LEGIONÁRIAS DO BEM-N. FRIBURGO	1	750	900	228
PARÓQ. SR. BOM JESUS DO MONTE	1	1.500	600	300
1ª IGREJA EVANG. OS SEMEADORES	1	250	300	96
SANTUÁRIO SANTA EDWIGES-MITRA	1	1.050	1.000	60
ACAM.JG (Catadores) Ancat	4	6.000	6.000	
TOTAL GERAL		1.432.617	2.022.605	102.938
1 Asilos/Similar	2 Banco de Alimentos	3 Creches/Similar	4 Famílias Assistidas	5 Merenda Escolar

15.4 – Acompanhamento de Safras Brasileira

Finalidade: Avaliar o desempenho da cultura, visando gerar informações para subsidiar a formulação de políticas agrícolas.

Descrição: Durante o ano de 2010, a CONAB/RJ realizou levantamento de grãos, com o objetivo de fornecer à SUINF e à GEASA os dados referentes aos anos safras 2009/10 e 2010/11.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas nacional: Diretoria de Política Agrícola e Informações - DIPAI

Unidades executoras nacional: Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras - GEASA

Coordenadores nacionais da ação: Airton Camargo Pacheco da Silva, Eledon Pereira de Oliveira e Carlos Bestétti

Unidade regional responsável pela execução: Gerência de Operações e Suporte Estratégico - GEOSE e Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI

Responsáveis regionais: Cláudio Chagas Figueiredo e Olavo Franco de Godoy Neto

a) Avaliação das Safras de Café

Nos mesmos moldes que o procedido para a avaliação das safras de grãos, a CONAB, em todo o território nacional, desenvolve um programa, em cooperação com o PNUD, para o acompanhamento e avaliação das safras brasileiras de café. Para o ano de 2010 foram previstos levantamentos de safra e intenção de plantio para todo o território nacional, sendo que para o Rio de Janeiro foi executada apenas 01, face as peculiaridades produtivas do Estado e de acordo com o orientado pela DIPAI/SUINF.

A metodologia utilizada pela Companhia é, basicamente, a mesma utilizada para os grãos, procedendo-se apenas algumas adequações em função das culturas envolvidas. Os levantamentos são realizados através de visitas previamente programadas dos empregados da CONAB às unidades de produção em atividade no Estado, aos escritórios de assistência técnica, aos principais produtores municipais e outros informantes alternativos, procedendo-se, para cada visitado, o preenchimento de questionários em modelos individualizados, elaborados pela CONAB, com o objetivo de consolidar as principais informações sobre área cultivada, produtividade, produção, consumo de energia, tipo de colheita, bem como permitir comparações com outros levantamentos realizados para avaliação da evolução/involução da safra, com informações tanto da área agrícola como da área individual.

Mesmo sendo sabido que a utilização de fontes ligadas à administração pública local podem ser consideradas pouco isentas, estas fontes são contatadas a fim se manter os contatos diretos e a interação com as pessoas envolvidas.

Para a realização do levantamento de safra de café no Rio de Janeiro foi criado um roteiro

com os municípios que detêm as produções mais expressivas do produto dentro do Estado, cuja viagem foi realizada no mês de agosto, e se refere ao 3º levantamento de acordo com o calendário emitido pela GEASA.

Os municípios visitados são os que possuem produção expressiva no Estado, a saber: São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Duas Barras, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Natividade, Porciúncula, Varre Sai e São Fidélis e as informações para o referido levantamento foram obtidas nos escritórios locais da EMATER, através de seus técnicos de campo.

b) Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

A CONAB, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da CONAB, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

Ao longo do ano de 2010 foram realizadas três levantamentos de campo para estimar a safra de cana-de-açúcar no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o calendário proposto pela SUINF/GEASA. Dois técnicos da SUREG/RJ efetuaram a tarefa e as despesas referentes à realização estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 2.38 – Dotação Orçamentária e Despesas Efetuadas
Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safra de Cana-de-açúcar

Atividade – período previsto	Diárias		Serviços de terceiros		Material de consumo		Aluguel de veículos	
	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado
Cana – 4/4 a 10/4/2010	R\$ 1.222,00	R\$ 846,00	R\$ 100,00	R\$ 35,80	R\$ 300,00	R\$ 323,50	R\$ 750,00	R\$ 532,00
Cana – 9/8 a 14/8/2010	R\$ 1.034,00	R\$ 1.034,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300,00	R\$ 199,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cana – 5/12 a 11/12/2010	R\$ 1.222,00	R\$ 1.222,00	R\$ 100,00	R\$ 92,50	R\$ 300,00	R\$ 456,86	R\$ 750,00	R\$ 750,00
Total	R\$ 3.478,00	R\$ 3.102,00	R\$ 200,00	R\$ 128,30	R\$ 900,00	R\$ 979,37	R\$ 1.500,00	R\$ 1.282,00

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra, sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra. No Rio de Janeiro o total previsto de cana moída na safra 2010/11 está em torno de 2.643,5 mil toneladas, com decréscimo de 18,9% em relação à safra 2009/10.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol. Do total da cana-de-açúcar esmagada no Rio de Janeiro, 55,5% foram destinados à produção de 167,1 mil toneladas de açúcar e 45,5% foram destinados a produção de 83.116,4 mil litros de álcool.

No contexto nacional, houve um aumento da área na safra 2010/11 de 8,4% em relação à safra de 2009/10, correspondendo 624 mil ha. A safra de cana destinada à atividade sucroalcooleira, na presente safra estava estimada em 8.033,6 hectares, distribuída em todos os estados produtores. Já no Rio de Janeiro houve um aumento de 12% em relação à safra 2009/10, atingindo um total de 51 mil ha.

Quadro 2.39 - Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var (%)	Safr		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na região norte (52,59%), no nordeste (9,39%), no centro-oeste (48,07%), no sudeste (13,98%) e no sul (25,91%). No Rio de Janeiro a produção deve girar em torno de 167,1 mil toneladas na safra 2010/11, o que representa uma queda de 5,4% em relação à safra anterior.

Quadro 2.40 - Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2
Total	266.179,2	288.715,1	8,5	33.074,7	38.675,6	16,9

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros. Já no Rio de Janeiro deve ocorrer um decréscimo de 26,6%, atingindo o total de 83.116,4 mil litros.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%). O Rio de Janeiro tem produção estimada de 83.116,4 mil litros de etanol hidratado, representando uma queda de 19,5% em relação à safra anterior. Cabe destacar que a produção de etanol anidro não foi contabilizada na safra 2010/11.

Quadro 2.41 - Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)							
				Etanol Anidro			Etanol Hidratado			Total	
	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

c) Levantamento de safra de pinhão manso

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o insucesso da cultura. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para a cultura.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas onde se observou o desenvolvimento normal da cultura são aquelas implantadas pelas empresas, que fomentam o cultivo do Pinhão Manso e dispõem de acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratos culturais e práticas agronômicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescente ou abandonadas. As informações obtidas no levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vem sendo realizados. Essa situação se observa nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

De forma semelhante aos levantamentos de safra de grãos, foram realizados 2 levantamentos de safra de pinhão manso, nos quais o principal objetivo era a obtenção de dados sobre área, produtividade, cadastramento de informantes e indústrias, destino da produção, tipo de cultivo, densidade populacional por hectare e distribuição na PGPAF e PGPM. Para isso, foram executadas duas viagens aos municípios nos quais se tinha alguma informação sobre a possibilidade de plantio, tal como o processamento desta cultura.

A área destinada ao cultivo de pinhão manso, observada em campo, no estado, soma cerca de 655 ha, mas ainda não há informações gerais sobre a produtividade e produção nas propriedades do estado. Deve-se destacar que, na maior parte dos casos, são plantios experimentais, o que caracteriza o início da implantação da cultura. Os próprios pesquisadores afirmam não haver conhecimentos sistematizados sobre comportamento do pinhão manso, fato que é confirmado pela grande maioria dos entrevistados.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente, em virtude de ser este o primeiro levantamento de informações sobre a cultura realizado pela Conab e, também, por, ainda, ser crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente, pela imprevisibilidade dos investimentos futuros na cultura.

Quadro 2.42 - Levantamento de Situação do Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanescente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)
BA	11	922,0	684,0	da implantação à produção	Boas condições	-	-
GO	11	75,6	75,6	1 a 3 anos	Regulares condições	-	-
ES	10	664,5	664,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/ sementes	-
MA	7	12,0	12,0	-	-	-	-
MT	7	3.617,0	3.617,0	1 a 2 anos	Regulares condições	-	-
MG	20	680,6	398,2	0 a 3 anos	Regulares condições	-	-
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53
RJ	10	3.000,0	3.000,0	2 anos	Abandonado	-	-
SP	4	35,0	0,0	-	Erradicado	-	-
TO	1	3.000,0	3.000,0	Sem informação	Semiabandono	-	-

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R\$ 116.210,68 e financeiro no valor de R\$ 24.850,03. Nos levantamentos das safras foram gastos R\$ 28.135,90. No fim do exercício a Conab devolveu à SPAE dotação orçamentária de R\$ 88.074,78.

Quadro 2.43 - Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	807,50	-	150,00	-	957,50
BA	1.504,00	1.218,02	463,00	-	3.185,02
ES	94,00	-	-	-	94,00
GO	3.102,00	646,96	1.686,66	-	5.435,62
MA	2.256,00	1.124,40	-	-	3.380,40
MG	3.854,00	1.707,81	203,44	50,00	5.815,25
MT	1.504,00	533,90	889,76	-	2.927,66
PA	1.316,00	400,08	436,00	-	2.152,08
RJ	2.068,00	723,17	1.335,60	61,60	4.188,37
Total	16.505,50	6.354,34	5.164,46	111,60	28.135,90

Fonte: Siafi

d) Levantamento de safra de cana-de-açúcar

Nos mesmos moldes que o procedimento para a avaliação das safras de grãos, a Conab, em todo o território nacional, desenvolve um programa, em cooperação com o Mapa, para o acompanhamento e avaliação das safras brasileiras de cana-de-açúcar.

Ao longo do ano de 2010 foram realizados 3 levantamentos. Essas atividades, sobretudo o terceiro levantamento, tiveram por finalidade apurar o resultado final da safra de cana-de-açúcar, recolhendo informações sobre a área cultivada, produtividade, produção, ATR, produção de açúcar, produção de álcool, produção e consumo de energia, tipo de colheita, dentre outras e comparar com os outros levantamentos realizados para avaliar a evolução ou involução da safra em si.

Através destes dados obtidos em todo o território nacional, é possível à Conab detectar, entre outros dados, a anomalia de pluviosidade. Com isso é possível saber se as chuvas excessivas prejudicaram ou estão prejudicando os trabalhos de colheita e sua influência na qualidade da cana, principalmente no teor de sacarose, assim como a previsão da produção total de cana-de-açúcar.

O Quadro apresenta dados da produção de cana-de-açúcar no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Quadro 2.44 - Produtos da Indústria Sucroalcooleira
Demonstrativo da Produção de Cana-de-Açúcar no Estado do Rio de Janeiro e Brasil

	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var. (%)	Safr		Var. (%)	Indústria sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Álcool
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
Total (Brasil)	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,6	624.991,0	3,4	288.714,9	336.276,1

No contexto nacional, houve um aumento da área na safra 2010/11 de 8,4% em relação à safra de 2009/10, correspondendo 624 mil ha. A safra de cana destinada à atividade sucroalcooleira, na presente safra estava estimada em 8.033,6 hectares, distribuída em todos os estados produtores. Já no Rio de Janeiro houve um aumento de 12% em relação à safra 2009/10, atingindo um total de 51 mil ha.

Do total da cana-de-açúcar esmagada no Brasil, 288.714,9 mil toneladas,

correspondentes a 46,2% do total foram destinadas à produção de 38.675,5 mil toneladas de açúcar. Já as 336.204,1 mil toneladas restantes, correspondentes a 53,8% do total, foram destinadas à produção de 27.699.553,9 mil litros de álcool. Do total da cana-de-açúcar esmagada no Rio de Janeiro, 55,5% foram destinados à produção de 167,1 mil toneladas de açúcar e 45,5% foram destinados a produção de 83.116,4 mil litros de álcool.

15.6 – Feira do Peixe

Área responsável pelas decisões estratégicas nacional : Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI

Coordenador nacional da ação: Maria Madalena Isoton

Área responsável pela execução regional: Gerência de Operações e Suporte Estratégico - GEOSE e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO

Responsável pela execução regional: Nilton Alves dos Santos Filho

A CONAB e a extinta Secretaria de Aqüicultura e Pesca, atual Ministério da Pesca e Aqüicultura, com recursos do PNUD, conforme Projeto BRA/03/034 – PNUD/CONAV, firmaram parceria com vista a incentivar, em todo o território nacional, as entidades de pescadores enquadrados como agricultores familiares, a comercializarem pescado em feiras. Este programa foi denominado “Feira do Peixe” e foi lançado em maio/2005.

A finalidade do programa era possibilitar a comercialização direta dos produtos provenientes da pesca artesanal e da aqüicultura de pequena escala, excluindo a ação de intermediários existentes nesta cadeia produtiva, possibilitando, assim, a redução dos preços finais ao consumidor, além de, com isto, incentivar o consumo do produto pelas populações menos favorecidas.

Após deflagradas as propostas e ações com vista aos atendimentos pretendidos pelo programa para o Rio de Janeiro, foram destinados 13 kit's, sendo 11 para “peixe fresco” e 2 para “peixe vivo”.

Estes kit's foram adquiridos pela Matriz da CONAB em Brasília e recebidos na unidade armazenadora do Rio de Janeiro durante os anos de 2006 e 2007, tendo sido entregues aos beneficiários contemplados nos diferentes municípios do Estado, mediante contrato de cessão, tão logo atenderam aos pré-requisitos estabelecidos.

Em prosseguimento ao previsto no convênio firmado, a fim verificar a utilização dos equipamentos e, quando fosse o caso, proceder às transferências dos mesmos aos usuários, durante o ano de 2009, no Rio de Janeiro, foram realizadas 04 vistorias. Após essas vistorias, constatou-se o desinteresse de alguns beneficiários, o que conduziu ao redirecionamento 03 (três) equipamentos do Programa para os municípios de Paraty e São Gonçalo.

Em 2010, por força do acordo de cooperação firmado entre o Ministério da Pesca e Aqüicultura e a CONAB, por meio do Edital Público SEAP 02/2010 o Programa de Apoio a Implantação de Pequenos Empreendimentos da Pesca Artesanal, foram contemplados com equipamentos – pontos comerciais fixos para o segmento de pescadores nos municípios de Campos dos Goytacazes através da Associação Municipal de Meio Ambiente e Agricultura e Pesca, cumprindo o objetivo de promover a eficiência na estrutura da cadeia produtiva de pescado oriundo da pesca artesanal e aqüicultura familiar no estado do Rio de Janeiro.

15.7 – Armazenagem de Estoques Públicos e Privados

A Unidade Armazenadora Lyra Tavares, localizada à Rua Silvio Hollembach nº 220, Barros Filho, integrada por dois armazéns, com uma capacidade estática de armazenagem total para 12 mil toneladas, destina-se à guarda dos estoques públicos, suporte aos programas de abastecimento do Governo Federal executados com a participação da Companhia, bem como à prestação dos serviços de armazenagem ao público em geral, tendo estocado para estes dois tipos de clientes os quantitativos abaixo discriminados e auferido, como receita bruta no período de 2005 a 2009, os valores constantes dos Quadros que se seguem.

Unidade	Endereço	Tipo	Capacidade (Em t)
UA-Lyra Tavares	Rua Sargento Silvio Hollembach, n.º 220 – Rio de Janeiro – RJ	Convencional	26.798
Total			26.798

Fonte: Suarm/Gecad

Quadro 2.45 – Receita de Armazenagem de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sede-Sureg/RJ	-	-	-	-	-	-
Lyra Tavares	252.662,12	464.873,32	597.300,07	613.539,38	497.157,79	475.664,98
Total-Sureg	252.662,12	464.873,32	597.300,07	613.539,38	497.157,79	475.664,98

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício

Quadro 2.46 - Estoque Médio Armazenado (t)

Unidade						
	2005			2006		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Lyra Tavares	182	10.573	10.755	571	8.640	9.211
Total	182	10.573	10.755	571	8.640	9.211

Fonte: Suarm/Gearm

2007			2008		
Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
435	8.640	9.075	640	8.640	9.280
435	8.640	9.075	640	8.640	9.280

2009			2010		
Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
1.491	6.426	7.917	2.373	6.031	8.404
1.491	6.426	7.917	2.373	6.031	8.404

Com base nestes dados, se pode observar que de 2005 a 2008, após a revitalização daquela unidade armazenadora, que anteriormente havia sido destinada à desativação, as receitas auferidas foram crescentes chegando em 3 anos a um aumento de 242,83%.

A partir de 2009, registrou-se sensível queda nas receitas, que persistiu em 2010, em decorrência da ocupação do armazém com volumes elevados de produtos destinados aos atendimentos dos programas sociais, que passaram a ser armazenados naquela unidade.

15.8 – Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competência regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando ao MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero e
- doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS.

Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro 2.47 – Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab/Gepri

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero.

Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro 2.48 – Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Baners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: Supab/Gepri

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar.

Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doadada (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil latas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro 2.49 – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos oriundos da Agricultura Familiar

Sureg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	-	0,4	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

Fonte: Supab/Gepri

2.3.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011	
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	210	201	220	períódico médica Pré-escola transporte alimentação formação fiscalização GAP rede cadastro vistoria refap prohort geração estudo uberlândia previdência capacitação safra débito sentença
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	650	653	650	
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	25	48	38	
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	160	151	135	
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	210	221	215	
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	0	0	0	
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	2	3	2	
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	1	1	1	
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	0	0	0	
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	0	0	-	
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	0	0	0	
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	4	4	0	
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-	
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	0	0	0	
20	605	0901	12BZ	P	4	% obra executada	0	0	-	
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	95	60	60	
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	11	11	12	
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	

Análise Crítica:

2.4 - Desempenho orçamentário/financeiro

2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa (constará do Relatório da Matriz)

2.4.1.1 - Programação de Despesas Correntes (constará do Relatório da Matriz)

2.4.1.2 - Programação de Despesas de Capital (constará do Relatório da Matriz)

2.4.1.3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas (constará do Relatório da Matriz)

2.4.1.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (quadro encaminhado pela Matriz)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135305	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	417.968,82	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	1.374.127,04	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	143.802,75	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	156.325,47	-	935.817,22	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	4.441.634,22	-	4.127.317,88	7.099,00	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	4.285,00	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	10.775,40	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	25.171,50	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	52.564,38	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	19.584,95	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	26.290,32	-	-	-
				20.122.1409.2272.0001	-	-	8.588,00	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	2.386,03	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	2.000.000,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	899.165,27	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	26.908,80	-	-	-
		135308		20.122.0352.2829.0001	-	-	-	13.064,60	-	-
	135347	135305	135305	08.244.1049.2792.0001	-	-	759.590,98	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	126.138,58	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	21.336,42	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	100.000,00	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	1.330.000,00	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	137.312,08	-	-	-
		135561		21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	-5.504,00	-
	Concedidos	135305	135100	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	1.549,40	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	99.870,78	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	3.181,05	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	-	-	27599,34	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	67.982,95	-	745.642,96	1.116,61	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	99,64	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	1.134,22	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	2.474,11	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	6.827,82	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	3.646,60	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	9.948,01	-	-	-
				20.122.1409.2272.0001	-	-	4.399,63	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	249,00	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	11.366,11	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	4.742,28	-	-	-
		135305	135347	08.244.1049.2792.0001	-	-	1.690,98	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	86,12	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	470,00	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	9.468,49	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	802,17	-	-	-
		135306		08.244.1049.2792.0001	-	-	420,00	-	-	-
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação (constará do Relatório da Matriz)

2.4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (constará do Relatório da Matriz)

2.4.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (constará do Relatório da Matriz)

2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	10.081,75	19.600,00	19.600,00	19.600,00
Tomada de Preços	152.391,08	0,00	152.391,08	0,00
Concorrência	116.289,40	179.256,00	116.289,40	179.256,00
Pregão	3.341.111,33	3.919.847,96	3.341.111,33	3.919.847,96
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	1.617.799,31	4.224.168,13	1.617.799,31	4.224.168,13
Inexigibilidade	1.816.576,54	1.735.161,83	1.816.576,54	1.735.161,83
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	31.429,01	109.980,71	31.429,01	109.980,71
Diárias	82.533,72	254.461,50	82.533,72	254.461,50
Outros				
Não se Aplica	504.590,61	390.722,87	504.590,61	390.722,87

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$ 4.224.168,13, sobressaindo-se os custos de aquisição e despesas correlatas de produtos agropecuários para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com recursos repassados pelo MDS, no valor de R\$ 3.328.226,91.
- Pregão – no valor total de R\$ 3.919.847,96, destacando-se os custos relacionados à concessão do Auxílio Alimentação aos empregados, no valor de R\$ 1.274.456,26.

- Inexigibilidade – com valor total de R\$ 1.735.161,83, onde se destacaram as despesas relativas a assistência médica e odontológica aos empregados e seus dependentes, no valor de R\$ 851.500,04.

2.4.2.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	3.613.795,86	4.358.913,35	3.613.795,86	4.358.913,35	0,00	0,00	3.222.198,87	4.067.244,72
Outros Benefícios Assistenciais	2.920,00	-	2.920,00	-	-	-	2.920,00	-
Vencimentos e Vantagens Fixas	626.598,62	732.863,99	626.598,62	732.863,99	-	-	559.216,73	674.640,15
Obrigações Patronais	2.796.634,98	3.472.188,81	2.796.634,98	3.472.188,81	-	-	2.472.419,88	3.238.744,02
Depósitos Compulsórios	81.793,83	109.980,71	81.793,83	109.980,71	-	-	81.793,83	109.980,71
Sentenças Judiciais	89.872,62	43.879,84	89.872,62	43.879,84	-	-	89.872,62	43.879,84
Indenizações e Restituições Trabalhistas	15.975,81	-	15.975,81	-	-	-	15.975,81	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	7.273.016,44	11.120.457,27	6.698.217,19	11.090.947,46	574.799,25	29.509,81	6.520.866,42	10.740.603,09
Diárias	82.533,72	254.461,50	82.533,72	254.461,50	-	-	82.533,72	254.461,50
Material de Consumo	193.796,69	193.565,34	183.181,92	193.565,34	10.614,77	-	182.865,98	193.458,80
Material de Distribuição Gratuita	1.823.727,31	4.210.995,91	1.307.402,59	4.210.995,91	516.324,72	-	1.286.900,67	4.179.196,51
Passagens e Despesas com Locomoção	22.386,09	34.605,17	22.386,09	34.605,17	-	-	22.231,47	33.855,17
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	212.729,30	212.579,44	212.729,30	212.579,44	-	-	205.704,33	195.403,83
Locação de Mão-de-Obra	546.217,30	608.895,51	546.217,30	608.895,51	-	-	526.847,79	544.719,87
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	4.143.691,30	4.417.898,06	4.095.831,54	4.388.388,25	47.859,76	29.509,81	3.971.729,57	4.155.915,53
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	247.934,73	250.716,32	247.934,73	250.716,32	-	-	242.052,89	246.851,86
Depósitos Compulsórios	-	4.430,47	-	4.430,47	-	-	-	4.430,47
Sentenças Judiciais	-	931.386,75	-	931.386,75	-	-	-	931.386,75
Indenizações e Restituições	-	922,80	-	922,80	-	-	-	922,80
4 – Investimentos	253.468,37	23.232,35	85.559,00	5.982,39	167.909,37	17.249,96	81.406,14	5.982,39
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	162.472,83	-	-	-	162.472,83	0,00	-	-
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	90.995,54	23.232,35	85.559,00	5.982,39	5.436,54	17.249,96	81.406,14	5.982,39
5 – Inversões Financeira	926,20	510.915,42	926,20	510.915,42	0,00	0,00	926,20	510.915,42
Aquisição de Produtos para Revenda	926,20	510.915,42	926,20	510.915,42	-	-	926,20	510.915,42
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.141.206,87	16.013.518,39	10.398.498,25	15.966.758,62	742.708,62	46.759,77	9.825.397,63	15.324.745,62

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$16.013.518,39, com variação, a maior, de 43,73%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$2.275.415,76, e do FGTS, no valor de R\$685.970,89. A

execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 27,22% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 20,62% em relação a 2009.

- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 69,44% do empenho total, com variação, a maior, de 52,9% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$4.210.995,91, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$23.232,35, representando cerca de 0,15% do total empenhado, com variação, a menor, de 90,83%. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a aquisição um engenho de prova de arroz, no valor de R\$11.785,71. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

- **No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$510.915,42, com variação, a maior, de 55062,54% em relação a 2009.**

2.4.2.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação (incluídas no quadro acima – d.10)

2.4.3 – Indicadores Institucionais

Ao longo de sua história, a CONAB criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Mais recentemente, foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Estes não chegaram a ser implementados, em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da CONAB, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão. Contava, então, com o patrocínio da alta direção da CONAB e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica.

Durante o exercício de 2007 o Planejamento Estratégico entrou em fase de avaliação pela nova administração e, até o fim do exercício em análise, não houve nenhuma decisão quanto à continuidade deste Projeto, não tendo sido, portanto, apurados os indicadores.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-GEARE, foi resgatado o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias, em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a CONAB, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Neste período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto cálculo e à facilidade de obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da GEARE e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação.

Estes indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária, ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Gerente Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CANs e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções para os entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

Para 2011 está prevista a revisão dos indicadores vinculados ao PPA e a revisão, com consequente atualização das metas e indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico da Conab.

No âmbito da Matriz, os indicadores referem-se quase que exclusivamente à execução orçamentária/financeira das ações, apesar da participação dos empregados lotados na Sede para execução e/ou coordenação de várias atividades, ficando, portanto, os resultados alcançados afetos às Regionais e encontrando-se comentados nas respectivas ações.

Embora a Superintendência não tivesse conhecimento prévio de índices de desempenho e metas a serem alcançadas, assim como da exigência de elaboração do presente relatório, a apresentação deste trará inequívocos benefícios de melhor acompanhamento e a afirmação da necessidade de termos uma estrutura forte de planejamento e execução de uma estratégia de desenvolvimento da Companhia.

3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Exercício 2010

Não houve ocorrência no período.

4 – Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 4.01 – Restos a Pagar Processados e Não Processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	3.462,00	0,00	1.200,00	2.262,00
2009	161.001,71	0,00	161.001,71	0,00
2010/2011	644.275,00	0,00	644.275,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	208.897,27	-20.676,88	188.220,39	0,00
2010/2011	46.759,77	0,00	5.776,81	40.982,96

A pendência de 2008 será cancelada em 2011.

Os restos a pagar processados e não processados de 2009 serão liquidados no decorrer de 2011.

5 – Recursos Humanos da Unidade

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-RJ contava com 224 empregados, sendo 143 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 5.01 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	224	4	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	143	4	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	143	4	-
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	81	0	0
1.4.1 Cedidos	-	79	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	2	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	224	4	0

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados 162 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 72,32% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro 5.02 - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-RJ		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	61	62	1
Reintegrado (Transitado)	13	13	-
Reintegrado Liminar	4	3	(1)
Anistiado (Transitado)	7	7	-
Anistiado (Liminar)	18	18	-
Anistiado (Lei 8878/94)	117	121	4
Total	220	224	4

Fonte: Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 61,16% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 21,86%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 5.03 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provedimento de cargo efetivo	1	3	49	137	34	224
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	1	3	31	89	21	145
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	18	48	13	79
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	1	3	49	137	34	224

Fonte: Diapi /Sutin

Do quadro de empregados 22,77% possuem curso superior com especialização/mestrado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 5.04 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	38	38	92	29	12	3	0	0	212
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	-	18	25	62	19	7	2	-	-	133
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	20	13	30	10	5	1	-	-	79
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	0	3	2	6	1	0	0	0	12
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	3	2	6	1	-	-	-	12
3. Total	0	0	38	41	94	35	13	3	0	0	224

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 6 estagiários todos de nível superior, com custo anual de R\$50.020,78 (salário mais auxílio transporte).

**Quadro 5.05 – Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	7	7	6	6	8	6	50.020,78
Área Fim	2	2	2	2			
Área Meio	5	5	4	4			
Nível Médio	0	0	0	0			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	7	7	6	6	8	6	50.020,78

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro 5.06 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	11.335.029,79	0,00	641.665,74	46.654,26	0,00	0,00	0,00	12.023.349,79
2009	13.975.413,17	0,00	680.494,64	25.723,44	0,00	0,00	0,00	14.681.631,25
2010	12.418.325,36	0,00	747.020,10	15.884,56	0,00	0,00	0,00	13.181.230,02
0								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	3.998.475,05	0,00	0,00	4.080,00	0,00	0,00	0,00	4.002.555,05
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Quadro 5.07 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional do Rio de Janeiro														
UG/Gestão:135.305						CNPJ: 26461699/0095-60								
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						F		M		S				
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2009	V	O	189/2005-06	02/03/09	02/10/11							P	28	30
2010	L	O	033/2008-00	01/03/10	02/03/14							P	20	20
Observação:														
Legenda:														
Área: (L) Limpeza e Higiene ; (V) Vigilância Ostensiva														
Natureza: (O) Ordinária ; (E) Emergencial														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado ; (E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada														

Quadro 5.08 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: Superintendência Regional do Rio de Janeiro															
UG/Gestão:135.305										CNPJ:26461699/0095-60					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F	M	S						
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2009	7	O	143/2007-08	0580630/0002-6	09/04/09	08/04/14							P		
Observação: não existe número fixo de trabalhadores.															
Legenda – Área:															
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;															
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;															
3 – Serviços de Copa e Cozinha;															
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;															
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;															
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7 – Outras – escritório de advocacia terceirizado															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva, sem planejamento e em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/1994, foi

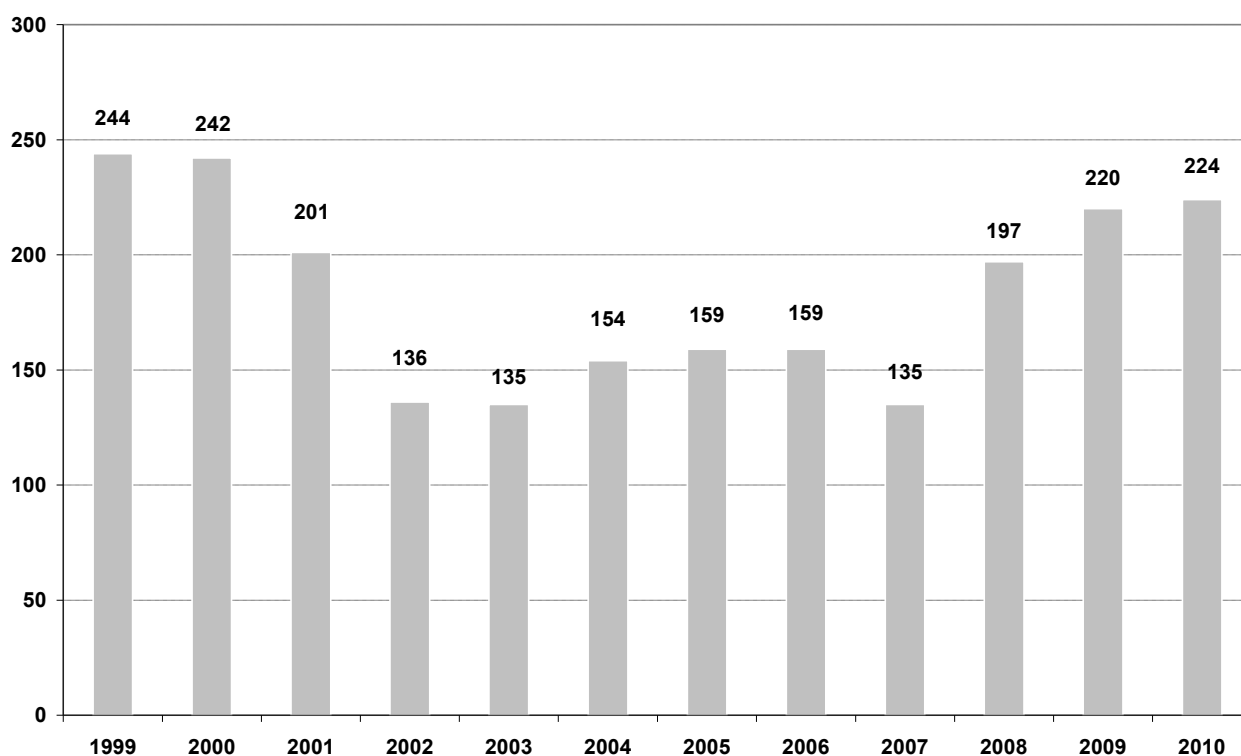
somente com a publicação da Portaria n.º 278/2001 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009 do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-RJ apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição parcial do número de empregados.

Figura 5.01 - Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-RJ existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 76,3% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 5.09 – Faixa Etária x Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	31 a 35	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	36 a 40	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	41 a 45	5	-	-	-	-	1	-	-	-	6
	46 a 50	20	5	2	1	2	12	1	-	-	43
	51 a 55	39	6	7	2	-	15	17	-	-	86
	56 a 60	19	8	4	1	2	9	7	1	-	51
	61 a 65	11	8	6	-	-	2	1	-	-	28
	66 a 70	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Mais de 70		-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Total		101	27	19	4	4	39	26	1	3	224

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

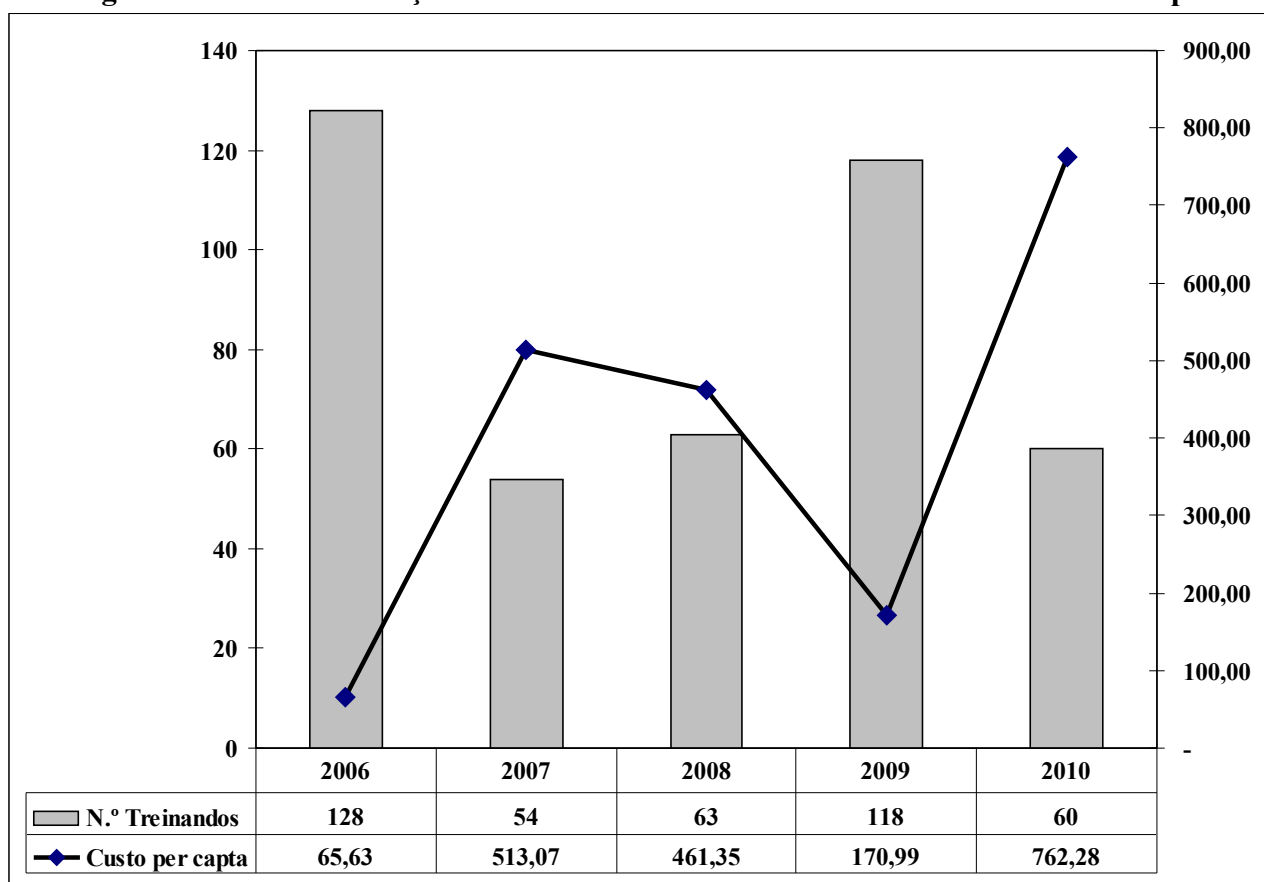
Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-1991 e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada a qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 53 empregados (23,7% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas, etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece, ainda, cursos de 1º e 2º

graus para empregados e terceirizados, ministrados, preferencialmente, por empregados e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios anteriores houve maior demanda por cursos na área de informática devido às mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal e na motivação para o trabalho, com participação de maior número de empregados e realização por instituições locais, facilitando a realização dos eventos e redução dos custos. Em 2010, verificou-se redução de 50,8% no número de treinandos e aumento de 345,8 no custo *per capita*, devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Acre, com consequente aumento das despesas com diárias e passagens.

Figura 5.02 – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo Per Capta

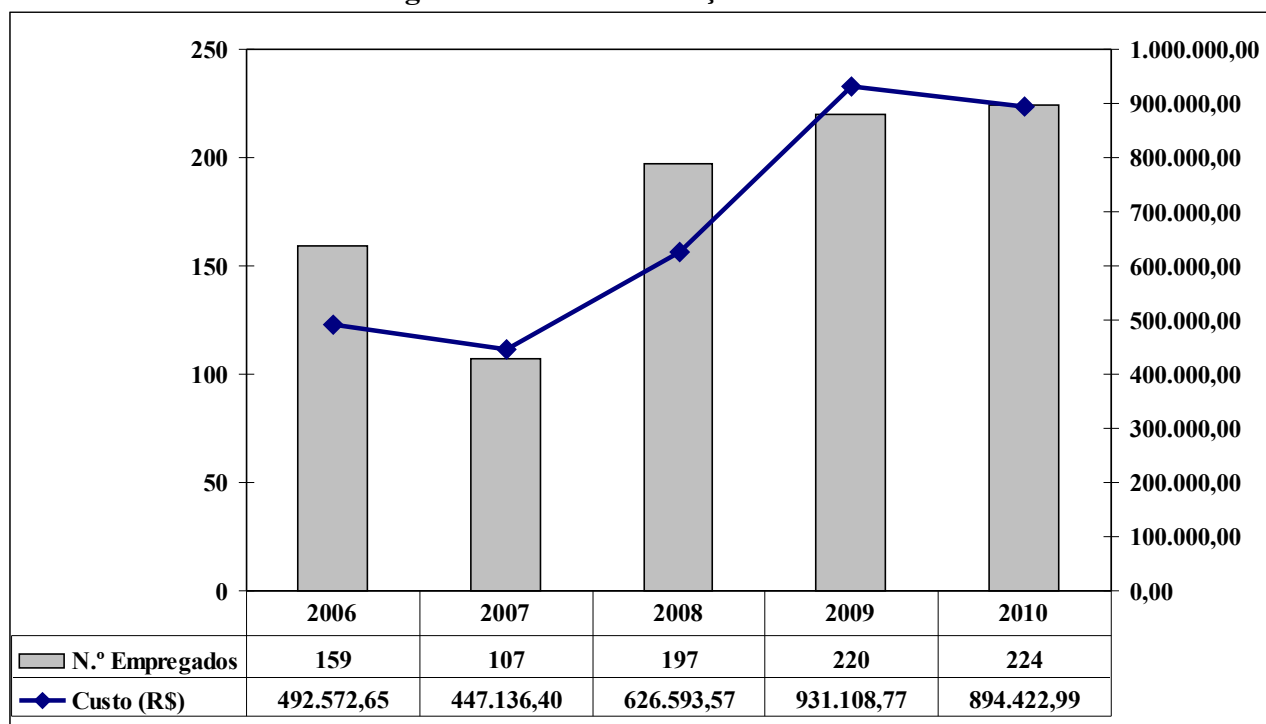


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais, mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos esforços realizados foi registrada a ocorrência de 4 acidentes de trabalho em 2010.

Apesar do pequeno incremento de 1,8% no número de empregados foi registrada redução de 3,9% nas despesas com assistência médica e odontológica, invertendo a tendência de crescimento registrada nos exercícios anteriores.

Figura 5.03 – Serviços de Saúde

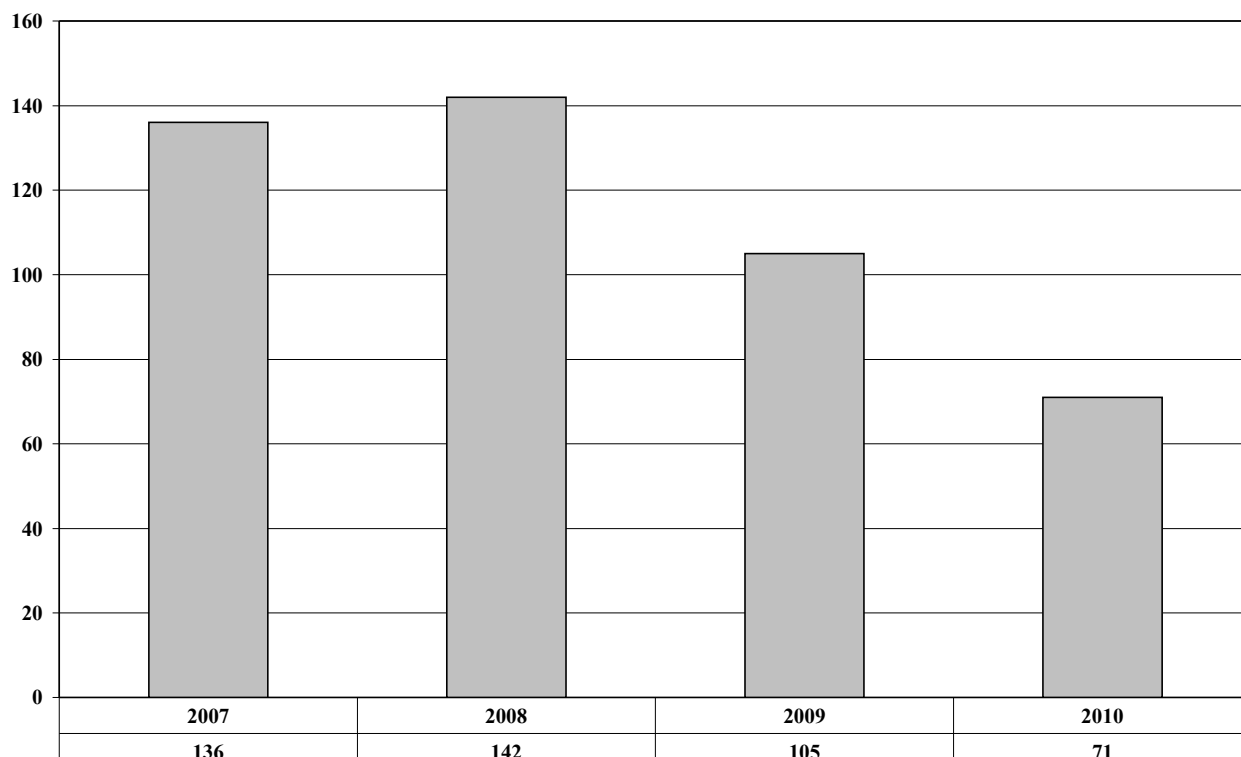


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

O retorno dos anistiados, a implantação do novo PCCS e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente, em busca de isonomia de benefícios e direitos. Contrariamente à maioria das demais estruturas da Conab, foi registrado na Sureg-RJ redução de 32,4% no número de demandas trabalhistas, mantendo a tendência de redução verificada nos anos anteriores. No fim do exercício havia 71 processos em que a Companhia figura como agente passivo.

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário, contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados, etc.

Figura 5.04 – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro 5.10 - Demandas Trabalhistas por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos, envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6. – Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício.

As transferências de recursos orçamentários/financeiros foram recebidas pela UG 135100 e executadas na Superintendência por meio de descentralização orçamentária/financeira da Matriz.

7. – Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.



Declaração

Declaramos para os devidos fins, que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Silvia Grumbach
Silvia Maria Pinheiro Grumbach
Gerência Finanças e Administração
GEFAD
Gerente de Área

Janine M. Martins
Janine Magalhães Martins
Setor Administrativo de Desenvolvimento e RH
SEADE
Encarregada de Setor

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

8. – Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Em atendimento à Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, que determina que todos os agentes públicos (servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, de qualquer nível ou natureza, os empregados públicos, os diretores e empregados de empresas estatais, os agentes que exercem mandato em órgãos e conselhos de caráter deliberativo e aqueles contratados por tempo determinado deverão autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou apresentar, anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado. Para, tanto, a Companhia disponibiliza em sua intranet formulários específicos para preenchimento.

Todos os empregados entregaram a Declaração de Bens e apenas 5 (cinco) não autorizaram o acesso às suas Declarações por meio eletrônico.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.

Quadro 9.01 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.						
LEGENDA- Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

10. – Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? ➔ Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). ➔ Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? ➔ Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
10. Os projetos básicos ou executivos na contratação de obras e serviços de engenharia possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? → Folders e comunicações internas					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin. Outras Informações: 1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais. 2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vista a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA. 3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias. 4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA nº 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases. 5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO. 6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
7) Em atendimento às exigências dos órgãos de controle ambiental de Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.					
<p><i>LEGENDA - Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 - Gestão do Patrimônio Imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No âmbito da Sureg-RJ também não há imóveis locados de terceiros nem de propriedade da União.

12 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI) da UJ.

Quadro 12.01 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.2 Tecnologia da Informação

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.2.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Quadro 12.02 - Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Quadro 12.03 - Técnicos da Sutin por área

Área				Total
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin				0
Gerência de Sistema e Informação-Gesin				0
Gerência de Engenharia de Software-Gesof				0
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi				0
Gerência de Suporte Técnico-Gesut				0
Total	0	0	0	0

Fonte: Sutin

12.2.3 Segurança da Informação

12.2.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

1. implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
2. vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;

3. análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
4. monitoramento dos serviços críticos de TI;
5. instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
6. implantação de sistema de análise de *logs*;
7. virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
8. reestruturação da política de *backup*;
9. elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
- 10 elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos

- impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.2.3.2 Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.2.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.2.4.1 Relação de sistemas entregues em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos

almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação**: permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA**: apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA**: apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar**: consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários**: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos**: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW**: desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras , com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos

distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas Refap**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de

Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.2.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.

XFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.2.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

10.2.5.1 - Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	

Processos	Descrição	Qtde	Observação
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.2.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

✓Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

✓Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.

✓Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.

✓Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

✓Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

✓Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.

✓Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.

✓Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.

✓Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.

✓Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

✓Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.2.6 Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

a) Portfólio de Soluções e serviços de TI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

b) Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

c) Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

<http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008.

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

14 – Renúncias Tributárias, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social.

Exercício 2010

Não houve ocorrência no período.

15 – Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

a) Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações a cumprir.

b) Situações das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há deliberações pendentes de atendimento.

c) Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Órgão de Controle Interno)

Não houve recomendações a cumprir.

d) Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há recomendações pendentes de atendimento.

16 – Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
6/2010 (AVG) SUREG RJ/RJ -	676 - Em 31/12/2009 as rubricas apresentavam os saldos contábeis: Fatura/Duplicatas a Receber - (CP) R\$20.019.721,21, Fatura/Duplicatas a Receber - (LP) R\$2.760.242,81, registrados na UG 135305 - Conab Sede Sureg Rio de Janeiro e Mercadorias de Terceiros em Depósito R\$6.665.007,22 registrado na UG 135308 - UA/Lira Tavares, compreendendo estoques próprios e de terceiros. O saldo das Faturas/Duplicatas a Receber (CP e LP), é composto por faturas a receber da prestação de serviços de armazenagem, e na sua maioria, por faturas de aluguéis que estão pendentes. Na relatoria, as impropriedades constatadas e regularizadas deixaram de constar deste relatório. Após análise das faturas de armazenagem, relacionamos os registros que apresentam impropriedades, consoante quadro a seguir: a) O primeiro item trata-se de espaço cedido ao Ministério da Integração Nacional para armazenagem. Porém as despesas de braçagem e seguro dos produtos deverão ser pagas pelo depositante, e a sua liquidação ocorrerá mediante recursos de Convênio, conforme CI/DIGES/0213 de 05/03/2009. b) O segundo item trata-se de despesas de armazenagem, que vêm sendo pagas como parte do débito, sendo que o restante fica acumulado para o mês seguinte. Nas faturas de aluguéis, verificamos que os débitos em atraso de longa data, estão ajuizados. Constatação feita por amostragem.	676 - Em 31/12/2009 as rubricas apresentavam os saldos contábeis: Fatura/Duplicatas a Receber - (CP) R\$20.019.721,21, Fatura/Duplicatas a Receber - (LP) R\$2.760.242,81, registrados na UG 135305 - Conab Sede Sureg Rio de Janeiro e Mercadorias de Terceiros em Depósito R\$6.665.007,22 registrado na UG 135308 - UA/Lira Tavares, compreendendo estoques próprios e de terceiros. O saldo das Faturas/Duplicatas a Receber (CP e LP), é composto por faturas a receber da prestação de serviços de armazenagem, e na sua maioria, por faturas de aluguéis que estão pendentes. Na relatoria, as impropriedades constatadas e regularizadas deixaram de constar deste relatório. Após análise das faturas de armazenagem, relacionamos os registros que apresentam impropriedades, consoante quadro a seguir: a) O primeiro item trata-se de espaço cedido ao Ministério da Integração Nacional para armazenagem. Porém as despesas de braçagem e seguro dos produtos deverão ser pagas pelo depositante, e a sua liquidação ocorrerá mediante recursos de Convênio, conforme CI/DIGES/0213 de 05/03/2009. b) O segundo item trata-se de despesas de armazenagem, que vêm sendo pagas como parte do débito, sendo que o restante fica acumulado para o mês seguinte. Nas faturas de aluguéis, verificamos que os débitos em atraso de longa data, estão ajuizados. Constatação feita por amostragem.	de ana.rocha em 24/05/2010 como Pendente O procedimento adotado, objetivando o recebimento do crédito junto ao Ministério da Integração Nacional, foi com o encaminhamento da documentação à DIGES através da CI Sureg-RJ n.º 627, de 19/03/09 para a cobrança. A pendência relativa à DOPAZO E SILVA SUCOS LTDA está resolvida. de janine.martins em 28/05/2010 como Pendente Em complementação a informação prestada, foi encaminhada CI SECOF - GEFAD n.º 56, de 10/05/2010, à UA. Lyra Tavares c/cópia para GEOSE, para manifestação. Quanto ao item 01, a CI SUREG/RJ n.º 627/09, enviando documentação referente ao débito do Ministério da Integração Nacional, ocorreu em função de orientação contida na CI DIGES n.º 213, de 05/03/09, para que as faturas fossem encaminhadas à SUPAB/DIGES, porquanto sua liquidação ocorreria mediante recursos de Convênio. Quanto ao item 02 - Os pagamentos estão sendo realizados. O débito atual registrado em 28/05/2010 é de R\$7.405,40, resultado de valores a receber sem atraso, em função das cobranças de tarifas de armazenagem. de joao.filho em 22/06/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/RJ, consideramos o item como baixado.

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>677 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$20.563,37, registrado na UG 135305 - Sede da Sureg/RJ. O valor refere-se ao pagamento do débito inscrito na Dívida Ativa, em decorrência da emissão/recolhimento de tributos federais com registro errado do recolhedor, no qual constou a UG 135.305 ao invés do CPF/CNPJ dos prestadores de serviços. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) Divisão da Dívida Ativa da União (DIDAU), reconheceu pagamento maior que o devido, e em 29 de agosto de 2007, emitiu parecer favorável à CONAB, de modo que o seu direito creditório deve ser objeto de compensação de ofício, na forma de art. 34 da IN/SRFB n.º 600/2005.</p>	<p>677.1 - Recomendamos à Sureg-RJ/ Secof analisar e envidar esforços no sentido de proceder a compensação dos tributos, com vistas a regularização/baixa contábil.</p>	<p>de ana.rocha em 10/05/2010 como Pendente Os procedimentos objetivando o ressarcimento/devolução estão sendo conduzidos no processo PGFN/RJ 10.168.517.410/2004-17. Fomos informado que a pendência de restituição do crédito tem a ver com débitos existentes em outras unidades da CONAB atreladas ao CNPJ.</p> <p>de paulo.hayakawa em 31/05/2010 como Pendente Conforme a informação da resposta, sugerimos, encaminhar o expediente à PGFN/RJ solicitando qual a Unidades da CONAB que tem a dívida, e, solicitar o recurso para liquidação/compensação do débito, se for o caso, para regularização da conta.</p> <p>de ana.rocha em 31/08/2010 como Pendente Relativo ao processo 10.768.517.410/2004-17, agendamos à Receita Federal em 03/09/2010 às 15:30 hs, a fim de conhecermos em que situação o processo foi arquivado. Desconhecemos a causa, já que, efetuamos consulta periódica acerca do andamento do processo através do COMPROT.</p> <p>de paulo.hayakawa em 31/08/2010 como Pendente Conforme a informação da Sucon/Gefit, há existência de inscrições em Dívida Ativa da União, no CNPJ n.º 33121088/0001-59 da ex-Cibrazem, ajuizada na Procuradoria da Fazenda Nacional de Resende-PFN-RJ. Face ao exposto, aguardamos o resultado da reunião com a Receita Federal, e informar à Audin.</p> <p>de em 09/09/2010 como Pendente Com referência ao processo administrativo PGFN n.º 10768.514410/2004-17, que tem por objeto requerimentos da SUREG/RJ de restituição de pagamento dos débitos de IRRF/1998, inscritos na dívida ativa sob o n.º 70.2.04.010830-07, e extintos por pagamento em 29/03/2005, após exame pela PFN, houve o reconhecimento do direito ao creditório, com os acréscimos legais,</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>que deverá ser objeto de compensação de ofício, visto constar no sistema da DIDAU outros débitos da Conab inscritos na PGFN. O assunto está sendo conduzido no Processo n.º 02-164/2005, em fase de encaminhamento à SUCON/GEFIT, para orientação quando a compensação do crédito, visto a inexistência nesta regional de inscrição de débitos na PGFN. Quanto as inscrições na DIDAU de débitos no CNPJ 33.121.088/0001-59 - Procuradoria da Fazenda Nacional de Resende/RJ, a SPURJ encaminhou Ofícios n.º 2705, 2706, 2707 e 2709/2010/SPURJ/GAB/COREP à PFN - Resende-RJ, solicitando a Suspensão de Inscrição e Execução em Dívida Ativa, após análise dos processos administrativos que tramitam na GRPU/RJ.</p> <p>de joao.filho em 15/09/2010 como Pendente Consoante resposta da Sureg/RJ, vamos aguardar o desenrolar dos fatos, visando a concretização da compensação dos tributos.</p> <p>de paulo.hayakawa em 06/04/2011 como Baixado O assunto está sendo retratado no Relatório de Auditoria de Balanço de 2011</p>
	<p>678 - Em 31/12/2009 o saldo das rubricas eram de R\$398.110,07 e R\$770,17 respectivamente, registrados na UG 135305 Conab Sede Sureg Rio de Janeiro. As impropriedades constatadas, referem-se a divergência do saldo contábil com o saldo extracontábil do Controle de utilização do SAS emitido pelo Gefad/Sereh e dos saldos pendentes de recebimento, conforme quadros 02 e 03:</p>	<p>678.1 - Recomendamos à Sureg/RJ providenciar a compatibilização do saldo contábil e o saldo extracontábil do SAS, referidos no quadro 01.</p>	<p>de ana.rocha em 14/05/2010 como Pendente Encaminhamos em anexo os saldos contábeis da conta 11.219.1200, juntamente com o controle extra contábil demonstrando a compatibilidade que é solicitada no item 678.1- parte do quadro 1.</p> <p>de em 14/05/2010 como Pendente Encaminhamos em anexo os saldos contábeis da conta 11.219.1200, juntamente com o controle extra contábil demonstrando a compatibilidade que é solicitada no item 678.1- parte do quadro 1.</p> <p>de janine.martins em 28/05/2010 como Pendente Complementando, encaminhamos CI SECOF - GEFAD n 021, de 19/05/10, para que a PRORE/RJ informe o</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>andamentos dos processos de cobrança judicial. Quanto ao débito com o SAS do empregado Jorge Leonel Alves, está sendo recuperado através da FOPAG, tendo seu retorno ao quadro de pessoal da Conab, através da Lei da Anistia.</p> <p>de joao.filho em 02/06/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/RJ, vamos considerar o item baixado.</p>
		<p>678.2 - Recomendamos à Sureg/RJ, informar as providências adotadas para o ressarcimento dos débitos citados, objetivando a baixa destes, referidos nos quadros 02 e 03.</p>	<p>de janine.martins em 16/06/2010 como Pendente Informamos que foram ajuizadas ações de cobrança, conforme abaixo relacionadas: Arabela Maria Martins Braz da Rosa - Ação Monitória de competência da Justiça do trabalho - Processo n.º 01559-2006-049.01.001 - valor cobrado - R\$4.090,19(SAS); Jerônimo Bispo dos Santos - Ação Monitória de competência da Justiça do Trabalho - Processo n.º 01535.2006-048-01-00-6 - valor cobrado R\$4.931,61(SAS); Antônio Canuto da Silva - Ação Monitória de competência da Justiça do Trabalho - Processo n.º 0135.2008-037-01-00-6 - valor cobrado - R\$9.366,64(SAS); Valdeir Pereira - Ação Monitória decorrente de relação de trabalho - Processo n.º 01284.2006-002-01-002 - valor cobrado - R\$2940,40(PAT +SAS); Luiz Carlos Martins de Paiva - Ação de Cobrança decorrente de relação de trabalho - Processo n.º 01037.2009-027-01-005 - valor cobrado - R\$500,15 (faltas injustificadas e auxílio transporte); Jorge Leonel Alves - retornou através da Lei da Anistia. Desconto do valor devido em folha de pagamento (R\$1.762,61);</p> <p>de janine.martins em 21/06/2010 como Pendente Em complementação a informação prestada em 16/06/2010 Sérgio Lucas de Souza - Ação Monitória de competência da Justiça do Trabalho - Processo n.º 1429-2006-038-01-00-5 - 38.ª VT/RJ(SAS) Robson de Andrade Menezes - Encaminhados ao escritório terceirizado de advocacia para ajuizamento - Processos Administrativos n.ºs 02-026/03, 02-187/99, 02-215/02 e 02-217/02 (já</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>ajuizado) - (Apurações Diversas - Perdas e Danos)</p> <p>de joao.filho em 22/06/2010 como Baixado</p> <p>Consoante resposta da Sureg/RJ, todos os itens pendentes de pagamentos foram ajuizados. o item será baixado.</p>
	<p>680 - Em 31/12/2009 a rubrica apresentava os saldos de R\$1.707.621,82, R\$38.286,52 e R\$324.440,00, registrados nas UG(s) 135306 Unidade Estoque Estratégico/RJ, 135440 MO/Rio de Janeiro e 135561 - Unidade Conab PAA Rio de Janeiro, respectivamente, distribuídos em 15 contas correntes de agricultores e/ou Cooperativas/Associações de produtores rurais. Verificamos que as CPR(s) Alimentos, Doação Simultânea e Formação de Estoques, são acompanhadas em processo individualizado por projeto, onde consta no final, uma planilha de acompanhamento das devidas baixas e atualizações. Após análise destas, por amostragem, constatamos divergências entre os saldos contábeis e os extracontábeis.</p>	<p>680.1 - Visando um melhor acompanhamento das operações de quitação dos débitos e atualização das informações, recomendamos à Sureg/Geose/Seopi, encaminhar a documentação pertinente às baixas das referidas CPR(s) ao Secof, para compatibilizar os saldos contábeis e extracontábeis.</p>	<p>de janine.martins em 28/05/2010 como Pendente</p> <p>Encaminhada CI SECOF -GEFAD n.º 19, de 19/05/10, à GEOSE/SEOPI para manifestação e envio de documentação ao SECOF, para as baixas e compatibilização necessárias.</p> <p>de joao.filho em 02/06/2010 como Solucionado</p> <p>Consoante resposta da Sureg/RJ, vamos considerar o item solucionado.</p>
		<p>680.2 - Recomendamos à Sureg/Geose/Seopi, analisar os saldos sem movimento e buscar meios para notificar os proponentes, visando agilizar a liquidação dos débitos parados.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente</p> <p>Solicitamos a manifestação dessa Sureg/RJ acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de jucana.vital em 16/08/2010 como Pendente</p> <p>As providências já foram tomadas, considerando que para os débitos parados, ainda existentes, constam processos/procedimentos quer de ordem jurídica ou administrativa em curso no âmbito da Regional.</p> <p>de joao.filho em 14/09/2010 como Solucionado</p> <p>Consoante providências adotadas pela</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			Sureg/RJ, consideramos o item solucionados.
	<p>681 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$1.119.793,97 registrado na UG 135305- Sede da Sureg/RJ, composto de 136 reclamantes. Em dezembro do corrente ano, conforme a orientação da CI Sucon n.º 1.212 de 17/11/2009, a Matriz efetuou a correção de saldos da conta existente (de acordo com a Lei n.º 11.638/2007 e 11.941/2009), e registrou aproximadamente sessenta (60) reclamantes, mediante o relatório de Informação de Saldo (IS) da Caixa Econômica Federal. A descrição da conta mencionada na CONCONTA, na íntegra: "Registra os valores a receber, realizáveis após o término do exercício seguinte, decorrente de depósitos efetuados por determinação da Justiça.....". Relacionamos no quadro, os reclamantes que possuem os saldos registrados no SIAFI, diferente do saldo existente na Caixa Econômica Federal: Considerando que os reclamantes relacionados receberam o valor parcial ou valor integral das indenizações, sem que houvesse a baixa contábil, caracteriza a inconsistência no saldo da referida conta.</p>	<p>681.1 - Recomendamos à Sureg/RJ-Proré analisar todos os processos referentes aos reclamantes e, encontrando os comprovantes/documentos encaminha-los ao Secof para procedimento de baixa contábil.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação dessa Sureg/RJ acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de luiz.domingues em 05/08/2010 como Pendente Já encaminhamos o pedido ao Escritório Rocha Calderon no Rio de Janeiro para renovação do Alvará, através da Carta SUREG/RJ n.º 867, de 29.03.10. Tivemos como resposta, através da Carta RC/RJ n.º 087 de 25.03.10 o envio indevido do Alvará antigo, sem a devida renovação. Nada resolvido. Posteriormente, através da Carta RC/RJ 105, de 12.04.10, foi efetivamente feito o pedido de renovação na Vara de Justiça, num momento em que o processo estava arquivado, necessitando de desarquivamento. Desde 15.04.10 já se encontra naquela Vara o pedido feito pelo Escritório Rocha Calderon para a expedição de um novo Alvará, devidamente atualizado, por ser esta a condição imposta pela CEF para que se possa proceder a sua liberação. O procedimento é demorado, como toda a nossa justiça brasileira, mas esperamos que tão logo seja possível, e tenhamos recebido o referido Alvará, estaremos o enviando para a autorização da Diretoria, a fim de que a nossa Tesouraria possa receber os valores correspondentes. Luiz Roberto Pires Domingues PRORE/RJ</p> <p>de em 03/09/2010 como Pendente Considerando que a Justiça de Trabalho demora, manter acompanhamento e cobrança junto ao Escritório Rocha Calderon, para regularizar a pendência - Não solucionado.</p> <p>de em 19/11/2010 como Pendente Estamos encaminhando, em anexo, uma Relação dos Depósitos Recursais efetuados pela CONAB na Justiça do Trabalho, elaborado pelo Grupo de</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>Trabalho instituído com esse objetivo específico, em razão da complexidade existente numa solução que envolve o Poder Judiciário. A atual relação composta de 63 ações, das mais de 160 existentes, demonstra que muito tempo teremos pela frente, até o recebimento total de todos os valores que sejam de direito da CONAB, em razão do término da ação, pelo trânsito em julgado de sua decisão, após cumpridas todas as suas obrigações legais. Muitos dos processos em que se encontram essas reclamatórias estão arquivados, e o seu desarquivamento é moroso, porque lidar com o lento Poder Judiciário é lidar com algo que se arrasta por muito tempo. Dependemos dele basicamente. O Grupo de Trabalho está se dedicando integralmente no levantamento desses depósitos, analisando-os, classificando-os, de forma a permitir que a CONAB possa, por intermédio do Escritório Terceirizado, requerer o desarquivamento de cada processo e a consequente emissão dos alvarás relativamente aos valores que lhe cabem receber. Esta SUREG/RJ já tomou todas as providências que lhe cabiam tomar. O levantamento dos demais alvarás será uma consequência deste trabalho, e só com o desenrolar dos trabalhos, que infelizmente não depende só de nossas forças, é que poderemos saber o tempo que ainda teremos pela frente. Cremos que mais de um ano, no mínimo.</p> <p>de luiz.domingues em 19/11/2010 como Pendente Reenviamos o arquivo referido.</p> <p>de em 06/04/2011 como Baixado A COMISSÃO para o Grupo de trabalho foi constituído pelo ATO DE SUPERINTENDÊNCIA SUREG-RJ N.º 15 DE 09.06.2010. As buscas dos processos requer muito tempo e paciência pela morosidade do Poder Judiciário. O trabalho do Grupo está bem organizado e adiantado. O assunto não foi tratado no Relatório de Auditoria de Balanço de 2011, portanto, verificar na próxima Auditoria programada. Ítem baixado.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>682 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$12.000,00, registrado na UG 135305 - Sede da Sureg/RJ, referente a bloqueio na conta 195950-6 da UG 135347 - PGPM, pelo mandado Judicial n.º 2004/274175, em favor do ex-funcionário CPF n.º 044.912.463-00. O processo foi considerado concluso em 17/06/2005, e o alvará foi liberado conforme segue: - em 13/12/2005 Alvará n.º 1712/05 (R\$7.719,60) liberado para reclamante /advogado; - em 17/02/2006 - Alvará n.º 0127/06 (R\$1.503,15) para a Fazenda Nacional; - em 12/07/2006 - Alvará n.º 1069/06 (R\$2.777,25) para o reclamado(CONAB).</p>	<p>682.1 - Diante do exposto, recomendamos à Sureg-RJ/Prore, providenciar o resgate do citado Alvará. Analisar se existem outros processos Transitados em Julgado e Liquidados, encaminhando ao Secof os comprovantes/documentos hábeis para procedimento da baixa contábil, após o resgate.</p>	<p>de janine.martins em 22/06/2010 como Pendente</p> <p>Foi efetuado levantamento dos processos Transitados em Julgado e Liquidados, sendo constatados a existência de 135 processos cujas situações serão verificadas pessoalmente pelo Escritório Terceirizado de Advocacia, tendo sido designado, através de Ato SUREG n.º 15, de 09/06/10, Grupo de Trabalho para proceder levantamento dos depósitos recursais pendentes na Justiça Trabalhista, para acompanhamento do trabalho.</p> <p>de em 06/08/2010 como Pendente</p> <p>Este trabalho, extenso, levará muito tempo para ser concluído, por inúmeras razões e dificuldades que existem para a sua realização. Algumas informações estritamente necessárias não se encontram disponíveis nos controles habituais utilizados pela contabilidade e pelo setor administrativo-financeiro. Esta foi a razão de esta SUREG/RJ ter instituído um grupo de trabalho pelo Ato Sureg n.º 15 de 09/06/10, a fim de permitir que os seus integrantes, Marcelo Santos Reis, Manoel Xavier Gonçalves Filho e Celmo Ferreira de Mendonça, possam dar seguimento a um trabalho que já se iniciou desde 2007. Após a expedição deste Ato de Superintendência n.º 15, a SUREG/RJ solicitou ao Escritório Rocha Claderon (Escritório jurídico Terceirizado no Rio de Janeiro) que indicasse um representante seu, para cuidar especificamente deste assunto, até a sua conclusão final. A indicada pelo Escritório, Dra. Danielle Lima, passou a trabalhar em conjunto com a equipe instituída pelo Ato n.º 15 desta SUREG/RJ. cremos que a solução de cada saldo remanescente se dará gradativamente, e de todos em prazo não menor do que um ano e meio. No mínimo. A razão é bem simples. Grande parte destes processos judiciais estão arquivados nas Varas da Justiça Federal. O resultado prático que dará à CONAB a oportunidade de receber em ressarcimento os depósitos feitos por exigência da lei e da Justiça, dependerá basicamente de se ter disponível esses</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>processos judiciais a que se refere cada um dos saldos em aberto existentes na contabilidade ou mesmo no SIAFI e na CEF. Como se sabe, a Justiça é brasileira. Bem brasileira. O tempo que se requer, para se ter acesso aos processos que lá se encontram, são imprevisíveis. Imprevisíveis. Pode-se liberar um processo em 15 dias, como em um ano. Isto mesmo, um ano. Assim, por termos 118 (cento e dezoito) processos judiciais que precisarão ser analisados, pode-se ter uma ideia da dificuldade que o grupo de trabalho terá, para ter acesso eles (muitos arquivados na Justiça Federal), a fim de se fazer os levantamentos necessários à obtenção dos valores a serem ressarcidos à Conab através de alvarás. Trata-se de um trabalho contínuo e que, provavelmente, levará muito tempo. Não dependemos só de nossas forças. Aliás, dependeremos, na maior parte, de força alheia (da Justiça Federal!). De qualquer forma, este procedimento já está em andamento, e deve continuar permanentemente até que todos os depósitos judiciais que tenham perdido a sua função também de garantir o juízo, tenham sido efetivamente se incorporado ao patrimônio da CONAB.</p> <p>de luiz.domingues em 06/08/2010 como Pendente Luiz Roberto Pires Domingues PRORE/RJ</p> <p>de paulo.hayakawa em 03/09/2010 como Pendente Conforme a resposta da Prore/RJ, concordo com a demora no andamento da parte da Justiça, manter acompanhamento junto ao Escritório Terceirizado para solução da pendência.-NÃO SOLUCIONADO.</p> <p>de paulo.hayakawa em 06/04/2011 como Baixado O assunto do resgate do citado Álvaro na recomendação, foi retratado no Relatório de Auditoria de Balanço de 2011. Item baixado</p>

17 – Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

18 – Parte B do Anexo II da Decisão Normativa 107 - Informações Contábeis da Gestão

18.1 – Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Rua da Alfândega, 91 – 11º e 12º andares, Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.070-003
(21) 3861.5750 – rj_sureg@conab.gov.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Previstas na Lei nº 4.320/64)

Exercício 2010

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

UG 135.305

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011

ALBERTO DE SOUZA
Encarregado do Setor Contábil e Financeiro
Contador CRC 019.938-2

18.2 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

A CONAB está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI.

18.3 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhada à Conab por meio do Ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a Lei nº 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 009252/0-8

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIAK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

c) Composição do Capital Social

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 009252/0-8

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

e) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

f) Demonstração do Valor Adicionado – Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.PRES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.PRES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 0092520-8 CPF-067475232-53

g) Demonstração do Resultado – Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAÍK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPÓ PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

h) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de

estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada a cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

1. R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

2. R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

3. R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de

perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Em R\$ mil		
Descrição	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil		
Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil		
Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	20010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

Em R\$ mil

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente

identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela De-

liberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em

pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão

definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19

da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE
AGUIAR**

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA
DUARTE**

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

18.4 – Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

a) Composição Acionária do Capital Social

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

b) Composição Acionária da UJ como investidora - Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798		739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252		3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946		12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840		5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858		962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137		1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Qua	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841		0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10		1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581		8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00

Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806		3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356		16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) *Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste*

(2) *Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo*

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 009252/0-8

18.5 – Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser à respeito.



À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES


1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

19 – Parte C – Conteúdo Específico - Informação sobre a remuneração paga aos administradores da UJ, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN.

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

a) Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro 19.01 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R\$1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73
Total Geral			23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47	256.571,10

Fonte: Sureh/Gefop

b) Síntese da Remuneração dos Administradores

b.1) Diretoria

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

b.2) Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

b.3) Conselho de Administração

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

b.4) Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores (encaminhado pela Matriz)

20 – Informações Sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ANEXO II PARTE C ITEM 36 da DN TCU 107/2010)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab são realizados no **âmbito da Conab/Matriz**.

20.1 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

a)	<u>Nome:</u>	CIBRIUS
b)	<u>Razão Social:</u>	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal), em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	<u>CNPJ:</u>	00.531.590/0001-89
	<u>Plano de Benefícios:</u>	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

d) – Demonstrativo anuais:

d.1 - Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

Quadro 20.01 – Folha de Pagamento dos Empregados Participantes

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

d.2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

Quadro 20.02 – Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BASE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/Sureh

d.3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB:

d.3.1 - Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Quadro 20.03 – Contribuições Pagas pela Patrocinadora Conab

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

d.3.2 - Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

*OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de

convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

➤ **Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

***OBS:** A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias, conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

d.4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab:

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

d.5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

d.6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3.792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMGS S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMGS S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A - 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M. BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M. BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
Bmfbovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Energética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte – DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos

regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

d.7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente.

Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) **Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001.**
- b) **Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) **Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

d.8 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br, com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN** e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e Avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.
- II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Quadro 20.04 - Alocação de Recursos e Limites por Segmento e Modalidade de Investimento

Segmentos	Alocações		2010	Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009		
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro 20.05 - Meta de Rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverão ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC

n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY'S INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA, A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que, eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação,

decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimentos do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional.

Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência

Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

**Quadro 20.06 - Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos
de Janeiro a Dezembro 2010**

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5%aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os

mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação aos parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar, um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$ 79 milhões para R\$ 129 milhões e quotas de FIF de R\$ 8,6 milhões para R\$ 31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação à meta atuarial de TR + 6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto, muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC + 6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade, quanto a sua função de promover o bem-estar social dos seus destinatários.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da Auditoria Independente, referente Balanço 2010, estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – Instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui**

registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$ 596.267 milhões, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB, referente à cobertura do custo do serviço passado, encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.^a instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.

5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o Instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$ 189.749 milhões**, dos quais R\$ 174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto, que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente, o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$ 641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$ 608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$ 32.811.652,43, em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000, atualizada até 31/08/2010, corresponde a R\$ 799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$ 44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$ 146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

•A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade.

•A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$ 578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar.

•O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$ 44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INP-IBGE e, conseqüentemente, a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano.

•Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenham sido reconhecidas pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA–Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE e n.º 694/MAPA/SE, ambos de 26/09/2003, enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE, de 28/09/2004, a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS de que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade, a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, Ofício PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE e que foi atendido pelo Ofício N.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nessa reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da Patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo, a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º

1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA–Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro, ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar afirmou a responsabilidade da Patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA–Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois do contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR-taxa referencial).

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resultando em -0,34% de rentabilidade real.

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real.

- Destaque-se que ao simularmos a taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$ 44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da Patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto a Patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do Plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos participantes assistidos, ativos e Patrocinador e, ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do Plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$ 239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$ 684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar uma situação insustentável, tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, a tal ponto que poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que, na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive, some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/Nº 257, de 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005 aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas, incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados, que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS–INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo à Reserva de Poupança de desligados de R\$ 693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

**Quadro 20.07 - Projeções considerando o Plano de Custeio Atual,
com Aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017)**

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

20.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especiais de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativas ao exercício de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditoria Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados ao longo do exercício e, ainda, o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 - “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.”

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009. Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA–Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC-IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC-IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foram oferecidas as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foram subscritas pelo Chefe da Área de Cadastro e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 - Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 05.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$ 70.000,00?

R-8 – As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama-Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora, foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 05.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$ 70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$ 179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) O saldo de R\$ 220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.09.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 – Melhor explicita a baixa do valor de R\$ 630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Civil (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 - Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários) não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre as que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

I) por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro Titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza). Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguinte redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser

devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

J) Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.08.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como polo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC-IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da joia regulamentar.

R-21 – Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes.

K) A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditoria Especial de Gestão-Audin N° 02/2010 – Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$ 430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$ 240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando pelo INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria não só os benefícios concedidos como também os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à Patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a Patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato dos valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevaletentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cíbrus, levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes) emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social-CIBRIUS, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.”*

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevaletentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional–CMN, Comissão de Valores Mobiliários–CVM e Secretaria de

Previdência Complementar-SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.).

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro 20.08 – Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente, pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$ 3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditoria Especial de Gestão- Audin N° 03/2010 - Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais*

atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002 apontam uma Reserva Matemática total de R\$ 344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$ 252.983 mil.

2.2 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$ 66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.3 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à Patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.4 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes) emitiu parecer no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002 “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social–Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.*

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional-CMN, Comissão de Valores Mobiliários-CVM e Secretaria de Previdência Complementar-SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

6. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.
7. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.